

Sumário

Número de notícias: 26 | Número de veículos: 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita exonera secretário do caso das joias do ex presidente.....3

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Voto de qualidade no Carf só volta sob condições, diz relator do projeto.....4

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Mais dúvidas sobre a meta fiscal (Editorial).....6

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Relator de PL do Carf diz que acordo entre OAB e Haddad é "ponto de partida".....7

VALOR ONLINE - LEGISLAÇÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Usufruto de ações e seus impactos fiscais.....8

FOLHA ONLINE - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Gov.br: como criar uma conta para ter acesso a serviços e benefícios?.....10

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Dólar cai a R\$ 4,81 e Bolsa sobe 2% após agência melhorar perspectiva para país.....11

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

S&P vê avanços e melhora perspectiva de rating do País.....13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad comemora, mas caminho para melhorar rating tem desafios.....14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Queremos manter substituição tributária, diz Alckmin.....16

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Não vejo empenho de Lula em conduzir reforma tributária".....17

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: os lobbies estão errados (Artigo).....19

O GLOBO - ON LINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA

Após revisão da SEP, secretário do Tesouro diz que país pode retomar grau de investimento em 2026.....21

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Cashback ainda faz sucesso (Artigo).....22

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

EUA e UE trazem política industrial para a OMC (Artigo) 23

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Montadoras absorvem 22% do incentivo para carros em uma semana 25

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Zerar déficit em 2024 requer R\$ 104 bi, diz IFI 27

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Proposta do governo deve dificultar uso de precatório como moeda 28

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

STJ valida exclusão de 11 setores da desoneração da folha 30

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Brasil melhora nota, mas grau de investimento permanece distante - MERCADO S/A 32

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
ECONOMIA

Recuperação fiscal de volta ao debate 34

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Fed interrompe alta de juros, mas sinaliza novos aumentos 35

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
ECONOMIA

Taxa do PIB no 1º trimestre será a maior do ano (Artigo) 37

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Relator de regra fiscal planeja 3 mudanças no texto 39

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

A ponte para o atraso entre Cunha e Lira (Artigo) 40

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Migração eleva PIB em países da AL, diz Cepal 42

Receita exonera secretário do caso das joias do ex presidente

Ranier Bragon

Após decisão da Justiça de Brasília, a **Receita Federal** publicou nesta quarta (14) no Diário Oficial da União a exoneração a pedido do ex-secretário especial do órgão Julio Cesar Vieira Gomes, investigado sob suspeita de pressionar funcionários do aeroporto de Guarulhos (SP) para liberar as joias sauditas destinadas à família Bolsonaro.

O ato é assinado pelo secretário da Receita, Robinson Barreirinhas, e toma sem efeito a suspensão da exoneração de abril.

Julio Cesar havia pedido e conseguido exoneração da Superintendência da Receita no Rio, mas ela foi suspensa por portaria de Barreirinhas. Como mostrou a Folha na época, a decisão usava uma justificativa sem amparo legal. Ela barrava a exoneração considerando, "por cautela, a supremacia do interesse público, as peculiaridades do caso (...) e investigação preliminar em curso na CGU (Controladoria-Geral da União)".

O único dispositivo legal específico citado, o artigo 172 da Lei dos Servidores Cíveis da União (8.112/90), estabelece que o servidor "que responder a processo disciplinar" não pode ser exonerado a pedido com o procedimento em curso.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50308>

Voto de qualidade no Carf só volta sob condições, diz relator do projeto

Idiana Tomazelli e Victoria Azevedo

Uma das principais medidas previstas no pacote do ministro Fernando Haddad (Fazenda) para tentar reequilibrar as contas públicas, a retomada do chamado voto de qualidade no **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)**, só será possível mediante a negociação de condições. A declaração foi feita pelo relator do projeto de lei sobre o tema, deputado Beto Pereira (PSDB--MS), em entrevista à Folha.

O **Carf** é o tribunal administrativo que julga casos bilionários de disputa entre União e contribuintes sobre o pagamento de **impostos**. Já o voto de qualidade é o instrumento que, em caso de empate nas votações, dá ao presidente do colegiado (que é indicado pelo Ministério da Fazenda) o poder de decisão.

O voto de qualidade foi derrubado em 2020 pelo Congresso, ampliando as perdas da União no tribunal -que já servia como instrumento de manobra de grandes empresas para adiar por anos o recolhimento de **tributos**.

A retomada do instrumento é uma das bandeiras de Haddad para ampliar as fontes de receita do governo federal, diante das metas de reduzir o rombo nas contas este ano e zerar o déficit em 2024.

"O voto de qualidade só tem probabilidade de voltar se tiver condicionantes", diz Pereira, designado relator da matéria na segunda-feira (12) e que já se reuniu com Haddad e com representantes da Abrasca (Associação Brasileira das Companhias Abertas), uma das entidades atuantes na discussão. "Não será um voto de qualidade solto."

Em fevereiro, a Fazenda, a Abrasca e a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) chegaram a selar um acordo em torno da retomada do voto de qualidade, que livrava contribuintes de multas e dava descontos nos juros em caso de empate no julgamento no **Carf**.

O argumento das empresas era de que o placar indicava a existência de controvérsia sobre a cobrança, o que deveria isentar as empresas da penalidade (multa) -uma espécie de benefício da dúvida. Haddad disse em abril à Folha que não cederia mais no caso do **Carf** depois de fechar o

acordo.

A solução foi inicialmente criticada por parlamentares e pelo presidente da Câmara,

Arthur Lira (PP-AL), por ter sido pactuada entre entidades que não têm competência para legislar sobre o tema - tarefa que cabe a "quem tem voto", segundo essas críticas.

Agora, há boa vontade em analisar os termos firmados, embora não exista garantia de incorporação integral. Segundo o relator, a lógica de conceder algum tipo de benefício pode ser uma saída. "Pode ter um benefício para que chegou a o voto de qualidade", afirma.

Outra opção, diz Pereira, é prever uma regra de desempate via ampliação do colegiado. Ele cita o exemplo do CPC (Código de Processo Civil), que prevê julgamento de alguns tipos de recursos por um colegiado de três juízes, com ampliação para cinco caso a primeira votação não seja unânime.

Ao ser designado para o posto, o relator conversou com Lira. Segundo Pereira, o presidente da Casa quer "rebalancear" o **Carf** -que, no formato pré-2020, era visto como pró-Fisco e, sem o voto de qualidade, ficou só pró-contribuinte, segundo ele. O

relator avalia que não é mais tabu no Congresso discutir a retomada do instrumento derrubado pelos próprios parlamentares.

Pereira também pretende revisar a proposta de elevar para mil salários mínimos (R\$ 1,32 milhão) o valor mínimo em disputa para o contribuinte ficar habilitado a recorrer ao **Carf**. Hoje, esse limite é de 60 salários mínimos (R\$ 79,2 mil).

Há uma avaliação de que a mudança pode limitar a capacidade de contribuintes questionarem as infrações lançadas pela **Receita Federal** em âmbito administrativo. Por isso, o relator pretende reavaliar esse trecho.

Outro ponto considerado "pilar" nas discussões é a chamada "classificação de conformidade", iniciativa incluída no projeto e que autoriza a Receita a deixar de punir contribuintes que tenham uma espécie de

selo de bom pagador de **tributos**, caso eles deixem de cumprir momentaneamente alguma obrigação junto ao Fisco.

A ideia do governo é que o conceito de conformidade seja baseado em critérios como regularidade do cadastro e do recolhimento dos **tributos**, exatidão das informações prestadas, entre outros itens definidos pela Receita.

Pereira avalia que é preciso "deixar mais nítido" quais são os critérios, embora ainda não tenha definido como isso será feito em seu parecer.

A indicação da relatoria e a conseqüente sinalização de avanço na agenda do **Carf** significam uma mudança em relação a prognósticos anteriores de congressistas e da própria Fazenda, de que o projeto poderia ficar parado na Câmara. A boa relação de Haddad com Lira, porém, tem contribuído para destravar a agenda econômica.

Inicialmente, a proposta havia sido enviada pelo governo Lula (PT) por meio de MP (medida provisória). Diante do impasse sobre o rito da tramitação das MPs e com risco de perder validade, a matéria foi transformada em um projeto de lei com regime de urgência. Com isso, ela tranca a pauta de votações da Câmara a partir da próxima quarta-feira (21).

Apesar da tentativa de votar o texto até essa data, líderes reconhecem dificuldades em seguir o cronograma, uma vez que o relator ainda irá se reunir com as bancadas e terá que construir um texto que seja consensual.

Além do tempo para discussão da proposta, Lira deverá ficar fora da Câmara em viagem entre os dias 22 e 29. Por isso, o presidente da Câmara pediu ao relator para que o texto seja votado antes disso.

Solange Srouf Excepcionalmente hoje a coluna não é publicada.

O Senado aprovou nesta quarta-feira (14) o nome do ex-deputado federal tucano Marcus Pestana (MG) para a diretoria-executiva da IFI (Instituição Fiscal Independente) pelos próximos quatro anos. Indicado pelo presidente da Casa, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), Pestana foi aprovado por 56 votos a 2 e uma abstenção. Antes da votação em plenário, Pestana foi sabatinado e teve seu nome aprovado pela

mesa diretora (composta por Pacheco e outros dez senadores). O ex-deputado terá seu mandato na IFI contado desde novembro do ano passado, quando acabou o mandato do diretor-executivo anterior. Como mostrou a Folha, Pestana recebeu críticas e elogios.

Para cumprir as exigências do cargo, ele pediu desfiliação do PSDB, partido que ajudou a fundar e onde passou 35 anos da vida política.

Senado aprova Marcus Pestana para a IFI

Mais dúvidas sobre a meta fiscal (Editorial)

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) publicou o acórdão de um caso muito relevante para a União. No julgamento realizado no fim de abril, o tribunal acatou uma tese defendida pela Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e decidiu que as empresas não podem usar benefícios fiscais oriundos de um imposto estadual, o ICMS, para reduzir a base de incidência de **tributos** federais como o Imposto de Renda e a CSLL.

Com a vitória, o Ministério da Fazenda estimou um aumento de receitas de até R\$ 90 bilhões anuais, recursos fundamentais para a meta fiscal deste e dos próximos anos. No acórdão, no entanto, o STJ esclareceu pontos que poderão fazer muita diferença nesse cálculo, entre os quais o uso de subvenções enquadradas nos requisitos da Lei Complementar 160/2017.

Tal legislação equiparou as subvenções de custeio às de investimentos, determinou o registro desses valores como reserva de lucros e estabeleceu requisitos para a aplicação desses recursos. Pelo acórdão do STJ, essas reservas deverão ser tributadas se forem distribuídas a acionistas na forma de dividendos ou juros sobre capital próprio, mas ficarão isentas se servirem para reinvestimentos ou dedução de prejuízos. Caberá à **Receita Federal** fiscalizar o cumprimento desses critérios caso a caso.

A decisão do STJ gerou entendimentos opostos, que permaneceram mesmo após a publicação do acórdão.

Para especialistas na área tributária, a sentença garantiu que a ampla maioria das empresas continue não sendo tributada. O Ministério da Fazenda concluiu o oposto, ou seja, que uma minoria ficará livre de **impostos** - certeza esta que manteve inalterada a previsão do governo de arrecadar até R\$ 90 bilhões em razão da decisão.

Qualquer informação mais firme sobre o assunto dependerá da divulgação dos dados oficiais da arrecadação.

Mas, antes mesmo de o acórdão tornar-se público, a Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado já havia feito um alerta sobre as incertezas acerca dos efeitos de decisões judiciais nas receitas da União.

Segundo a IFI, o julgamento em questão renderia R\$ 7,1 bilhões neste ano - uma quantia importante, mas bem mais modesta que a esperada pela Fazenda.

Na hipótese de que o governo não esteja enganado, para arrecadar este montante, ele ainda dependerá da iniciativa das empresas de regularizar sua situação de forma voluntária até o fim de julho.

O arcabouço deixou claro que o governo apostava mais no incremento de receitas do que no corte de despesas para atingir a meta. Mas, se o acórdão do STJ foi incapaz de desfazer convicções de quaisquer dos lados desta contenda, ele reforçou dúvidas sobre o cumprimento da meta fiscal.

Sem esse reforço extra, o objetivo de reduzir o déficit a 0,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) deste ano e a zero em 2024 será inviável. Não há mágica. Se quiser assegurar a credibilidade de sua política fiscal, o governo terá de rever gastos e enfrentar interesses, a começar pelos subsídios, que somaram escandalosos R\$ 581,5 bilhões, o equivalente a 5,86% do **PIB** do ano passado.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Relator de PL do Carf diz que acordo entre OAB e Haddad é "ponto de partida"

Relator do projeto de lei do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, o deputado Beto Pereira (PSDB-MS) afirmou ao Valor que o acordo entre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) sobre os casos de empate nos julgamentos é "apenas o ponto de partida" das discussões e ainda será analisado pelos parlamentares.

O tucano foi escolhido na segunda-feira como relator, reuniu-se na terça-feira com o chefe da equipe econômica e ontem com a Associação Brasileira das Sociedades Anônimas de Capital Aberto (Abrasca), entidade que representa as grandes empresas listadas na bolsa de valores.

O parlamentar sul-mato-grossense tentará conversar com todos os envolvidos e com todos os partidos até quarta-feira, dia 21, para votar o projeto, mas indicou que a votação deve ficar para depois.

"Não consigo falar antes de quarta-feira [se será possível]. Vou fazer todo o esforço necessário, mas acho difícil votar neste prazo." O projeto tranca a pauta de votações de plenário da Câmara a partir do dia 21 por causa do pedido de urgência feito pelo governo.

Como o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), viaja para Portugal entre 22 e 29 de junho, o mais provável é que o projeto só seja analisado após a volta dele, na primeira semana de julho.

O acordo trata do chamado "voto de qualidade". O **Carf** é composto por auditores da **Receita Federal** e advogados que representam o contribuinte. Nos casos de empate, atualmente a ação fiscal é extinta e o contribuinte não precisa pagar o tributo. Haddad queria a volta do voto de qualidade, quando o presidente da turma, sempre um auditor, desempatava (o que garantia a vitória da Receita em 95% dos casos em discussão). O meio termo negociado entre o ministro, OAB e Abrasca foi que o contribuinte será obrigado a pagar o tributo nos casos de empate, mas a multa de ofício será extinta se ele aceitar quitar a dívida sem recorrer ao Judiciário.

Outro ponto polêmico do projeto é o piso no valor das dívidas que poderão ser objetivo de ação no **Carf**. Atualmente, apenas aquelas superiores a 60 salários mínimos (R\$ 79 mil) podem ser debatidas pelo

tribunal, mas o projeto eleva para mil salários mínimos (R\$ 1,3 milhão). Pereira afirmou que avaliará o tema. (MR e RDC)

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187575?page=1§ion=1>

Usufruto de ações e seus impactos fiscais

Por Caio Malpighi

O usufruto é um direito real previsto nos artigos 1.225, 1.390 e ss. do Código Civil, por meio do qual o nu-proprietário de determinado bem pode constituir ao usufrutuário o direito de exercer a posse, usar, administrar e perceber os frutos daquele bem.

A etimologia latina do instituto (*usus fructus* - uso dos frutos) nos revela que a origem do usufruto provém do Direito da Roma antiga, época em que a sua finalidade originária era garantir que a viúva romana pudesse subsistir, continuando a colher os frutos dos imóveis rurais deixados pelo de cujus, mesmo não sendo herdeira e não tendo direito a tal propriedade, pela lei vigente na época.

Com o passar do tempo, o usufruto teve sua utilidade ampliada, se mostrando um instrumento jurídico interessante para a exploração econômica da propriedade privada bem como para o planejamento patrimonial e sucessório.

No mercado de capitais, tal instrumento também pode ser muito útil, possibilitando que o usufrutuário perceba dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) de ativos de propriedade de outrem. Aliás, o artigo 205 da Lei das S.A. permite expressamente que os dividendos sejam pagos aos usufrutuários de ações da companhia. Por sua vez, o nu-proprietário dos ativos pode explorá-los economicamente por meio do usufruto oneroso; isto é, constituindo em favor de terceiro o direito de usar e fruir de seu capital em troca de contrapartida financeira.

Diante dessas possibilidades, o usufruto é muito utilizado em operações de crédito no mercado financeiro e de capitais, visando à alocação de recursos financeiros e reestruturações patrimoniais e societárias de grandes grupos econômicos.

A situação na qual o usufrutuário explora economicamente determinado capital que não está juridicamente em seu patrimônio pode causar algumas dúvidas, principalmente no que tange à contabilização e tributação para as pessoas jurídicas envolvidas nessas operações.

Antes de adentrarmos aos efeitos fiscais para as partes que participam do negócio de usufruto de ações, necessário termos noção do tratamento contábil dispensado a essas entidades. Para tanto, peguemos a seguinte hipótese: empresa A constituir

usufruto oneroso de ações de sua propriedade em favor de uma empresa B. Nesse caso, os dividendos e JCP pagos durante a vigência do contrato deverão ser reconhecidos contabilmente como receita pela empresa B, que receberá tais valores na qualidade de usufrutuária do bem.

Por outro lado, há entendimento jurisprudencial majoritário de que a empresa A deverá considerar como receita apenas o que lhe for pago pela empresa B a título de contraprestação pelo usufruto, creditando tais valores em seu resultado e incluindo-os nas bases de cálculo do IRPJ, CSLL, PIS e Cofins. Já os valores de dividendos e JCP percebidos pela empresa B e que a empresa A deixou de auferir durante o contrato de usufruto oneroso deverão ser reconhecidos na contabilidade desta última como despesas, deduzidas na apuração do IRPJ e da CSLL pelo regime de competência, conforme já decidiu o **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - Carf** (acórdão 9101-005.787) e o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (processo nº 0008421-70. 2012.4.03.6100).

Do ponto de vista do usufrutuário (a empresa B do nosso exemplo), os dividendos estarão isentos nos termos do artigo 10 da Lei nº 9.249/95, como inclusive já reconheceu própria **Receita Federal**, por meio de Solução de Consulta Cosit nº 38/18.

No que tange aos JCP percebidos em razão do usufruto, estes serão tributados pelo IRPJ, CSLL, PIS e Cofins na pessoa da empresa B, usufrutuária, não podendo ser exigidos da empresa A, nu-proprietária do bem. Este tema também já foi objeto de debate no **Carf**, pois a Receita entendia que o artigo 9º da Lei nº 9.249/95 somente permitiria a distribuição de JCP a titular, sócio ou acionista da companhia investida, sendo que o usufrutuário não se enquadraria em tal situação, por não possuir qualquer vínculo societário com a companhia investida. Assim, no entender do Fisco, o lançamento tributário deveria ser realizado pelo nu-proprietário, titular da ação, e não pelo usufrutuário.

Apesar deste entendimento da **Receita Federal**, existem fundamentados julgados no **Carf**, no sentido de que o nu-proprietário não pode ser tributado pelos JCP percebidos pelo usufrutuário (e.g. acórdão 1402-002.445). O principal motivo para tal entendimento é o de que, durante a vigência do usufruto, quem auferir capacidade contributiva é o usufrutuário e não o nu-proprietário. Isso, aliás, está em linha com o tratamento contábil das receitas e despesas

decorrentes desse negócio jurídico, conforme mencionado alhures.

Por sua vez, também não poderá a Fiscalização glosar as deduções da companhia investida que distribuiu JCP ao usufrutuário de suas ações. Em casos assim, a Receita já fundamentou tais glosas com a justificativa de que a lei apenas permitiria a dedução de JCP pagos ou creditados ao acionista, não estendendo tal benefício aos casos em que se distribuiu esses valores ao usufrutuário. Felizmente, essas autuações também têm sido canceladas pelo **Carf**, onde prevalece o entendimento de que é sim possível a distribuição de JCP a usufrutuários do capital, sendo permitido, nesses casos, a dedução destes valores pela companhia investida, como ocorreria normalmente (e.g., acórdão 1402-003.3581).

Como se vê, as operações com usufruto de ações podem ser muito úteis na otimização financeira e alocação de recursos. Mas é preciso atenção ao correto tratamento contábil e fiscal dispensado às partes envolvidas nessas operações (nu-proprietária, usufrutuária e companhia investida), principalmente para evitar autuações por parte da **Receita Federal**.

Caio Malpighi é especialista em Direito Tributário pelo IBDT e tributarista no VBSO Advogados

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
Usufruto de ações e seus impactos fiscais

Site: <https://valor.globo.com/legislacao/coluna/usufruto-de-aco-es-e-seus-impactos-fiscais.ghtml>

Gov.br: como criar uma conta para ter acesso a serviços e benefícios?

Cristiane Gercina

Consulta ao **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), acesso a serviços do SUS (Sistema Único de Saúde), inscrição no Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) e no Sisu (Sistema de Seleção Unificada), além da possibilidade de usar a declaração pré-preenchida para fazer o Imposto de Renda. São algumas das permissões liberadas para quem tem uma conta no portal Gov.br, plataforma criada para unificar o acesso a vários serviços públicos.

As vantagens aumentam para quem tem o nível prata ou ouro na conta. Para atingir essa condição, é preciso fazer alguns procedimentos que visam aumentar a segurança aos dados do usuário.

A conta pode ser criada por computador, tablet ou celular. No computador, basta acessar o site do sistema (gov.br/governodigital) e seguir o passo a passo. São solicitadas informações como número do CPF e data de nascimento, entre outras.

No celular ou tablet, o cidadão deve baixar o aplicativo e criar a sua conta. Neste caso, é mais fácil conseguir nível prata ou bronze porque, como há acesso à câmera, o contribuinte consegue provar com mais facilidade sua identidade.

Segundo o governo federal, a conta gov.br é um meio de acesso do usuário aos serviços públicos que são oferecidos de forma digital. Essa conta garante a identificação de cada cidadão que acessa os serviços.

Quem tem nível prata ou ouro acessa uma lista de serviços que podem facilitar o dia a dia. São informações ligadas ao PIS/Pasep, ao **INSS**, à **Receita Federal** e ao SVR (Sistema de Valores a Receber) do Banco Central, por exemplo.

Dentre os sistemas que é possível acessar estão:

O cidadão que ainda não fez sua inscrição no sistema pode acessar o gov.br/governodigital ou baixar o aplicativo Gov.br para se registrar. O aplicativo é a forma mais fácil de criar a conta, porque permite a identificação facial diretamente por meio da câmera do celular.

O aplicativo pode ser baixado na Play Store (Android)

ou na App Store (iOS).

Quem já tem conta precisa checar o perfil atual para saber se é necessário fazer a elevação para nível prata ou ouro. Tanto a inscrição quanto a mudança de selo podem ser feitas pelo computador, mas a recomendação é fazer pelo app.

O selo bronze não dá acesso ao sistema de valores a receber do Banco Central e a outros serviços.

De acordo com o governo federal, há diferentes razões em caso de problema no reconhecimento facial ou na leitura da foto ao tentar cadastrar conta prata ou ouro no gov.br. O sistema faz a leitura e compara esses dados com o que está nos bancos da Justiça Eleitoral ou da Senatran (Secretaria Nacional de Trânsito). Se houver uma semelhança nos padrões mínimos estabelecidos para reconhecimento, a foto ou a biometria facial é considerada inválida.

Outro motivo pode ser a qualidade da foto enviada. O governo recomenda que a foto seja tirada em ambiente claro, sem objetos cobrindo o rosto como óculos, bandana ou lenços. O enquadramento incorreto ou uma foto antiga cadastrada também podem impedir o reconhecimento.

Caso o problema persista, é possível criar a conta sem o reconhecimento facial, clicando em "Tentar de outra forma".

Há quatro possibilidades para recuperar a senha de acesso no gov.br

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/06/govbr-como-criar-uma-conta-para-ter-acesso-a-servicos-e-beneficios.shtml>

Dólar cai a R\$ 4,81 e Bolsa sobe 2% após agência melhorar perspectiva para país

Stéfanie Rigamonti e Marcelo Azevedo

A agência de classificação de risco S P Global Ratings melhorou nesta quarta (14) a perspectiva de longo prazo do Brasil de "estável" para "positiva", mas manteve a nota de crédito soberano de longo e curto prazo, atualmente em B na moeda local.

A última vez que a S P Global mudara a perspectiva de longo prazo para o Brasil para positiva foi em dezembro de -2019. Desde abril de 2020 a perspectiva do país era estável.

A mudança desta vez reflete, segundo a agência, a possibilidade de maior crescimento econômico do país, somada aos sinais de maior certeza de estabilidade na condução da política fiscal e monetária, o que poderá levar a uma redução da taxa básica de juros, a Selic.

"O crescimento contínuo do **PIB**, somado ao quadro emergente para a política fiscal, pode resultar em uma carga de dívida pública menor do que o esperado, o que pode apoiar a flexibilidade monetária e sustentar a posição externa líquida do país", diz o relatório.

A Bolsa reagiu à divulgação aprofundando os ganhos. Antes do anúncio da revisão, o índice Ibovespa estava em torno dos u8 mil pontos. Depois, ultrapassou os U9 mil pontos pela primeira vez neste ano, atingiu o nível mais alto desde outubro de 2022 e fechou o dia em alta de 2%.

O dólar também refletiu o otimismo da agência e caiu mais, encerrando o dia em queda de quase 1%, a R\$ 4,81 -renovando novamente seu menor patamar no ano. Ao longo do dia, a moeda caía cerca de 0,40% em resposta à pausa na elevação dos juros pelo Fed (o Federal Reserve, o banco central americano).

Os mercados de juros futuros tiveram queda significativa e também deram fôlego para a Bolsa. Os contatos com vencimento em janeiro de 2024 foram de 13,06% para 13,01%, enquanto os para 2025 caíram de 11,17% para 11,07%.

No longo prazo, a queda foi ainda maior: os juros para 2026 saíram de 10,58% para 10,46%, e os para 2027 foram de 10,66% para 10,53%.

O dólar e a Bolsa já vinham sendo impactados pela melhora nas expectativas sobre a economia brasileira nas últimas semanas, especialmente sobre o **PIB** e a **inflação** do país, que surpreenderam positivamente o mercado.

A S P Global Ratings é uma das três maiores agências de classificação de risco do mundo, e suas notas de crédito consistem em avaliações da probabilidade de um emissor de títulos honrar com suas obrigações financeiras. Por isso, investidores internacionais ficam de olho nas notas dadas por essas agências na hora de escolher onde aportar seus recursos.

Se o investidor acredita que, mesmo com uma nota menor, vale a pena apostar nos títulos do país, ele então cobra um prêmio maior, adequado ao risco oferecido pelo emissor. Vale ressaltar que essas notas não são medidas absolutas, apenas uma ferramenta utilizada no processo de tomada de decisões de investimentos.

A agência destacou que acredita em um equilíbrio de poder entre governo, Congresso e instituições públicas suficiente para impedir a reversão de reformas implementadas desde 2016, que, na visão da S R sustentaram o crescimento econômico do país maior do que o esperado nos últimos dois anos.

"Essas reformas incluem a independência do BC, mudanças no sistema previdenciário, revisão do código trabalhista, governança mais forte das entidades relacionadas ao governo e a existência de uma regra fiscal."

A S P disse acreditar no pragmatismo do governo atual, mas afirmou que pode fazer uma nova revisão de perspectiva para baixo caso haja uma estrutura política inadequada ou caso a política econômica resulte em um crescimento limitado do país "levando a uma maior deterioração fiscal e a um ônus da dívida maior do que o esperado".

Nesse sentido, a aprovação do novo arcabouço fiscal vai ajudar a limitar a deterioração das contas públicas brasileiras, segundo a agência. Na visão dos analistas da S P, ainda que seja mais flexível que o teto de gastos, o novo marco fiscal deverá conter vários gatilhos que permitiram a melhora observada nos últimos dois anos.

Já o que pode elevar a nota de crédito do Brasil, segundo a agência, é a capacidade do governo brasileiro de adotar medidas econômicas pragmáticas que consigam conter "vulnerabilidades nas finanças públicas do país". "A chave para isso seria a aprovação de reformas adicionais-entre elas uma **reforma tributária** atualmente em debate."

A nota atual do Brasil (B) indica que o país é mais vulnerável a condições adversas de negócios, financeiras e econômicas, mas ainda assim tem capacidade de cumprir com seus compromissos de dívida.

"Em nossa opinião, a falta de capacidade para lidar rapidamente com as deficiências econômicas impede o Brasil de crescer em um ritmo mais rápido e consistente com outros mercados soberanos emergentes em um nível semelhante de desenvolvimento", justifica a S P

"Também limita a capacidade do Brasil de lidar com uma estrutura orçamentária rígida, que contribui para grandes déficits fiscais e uma elevada carga de dívida."

Acima da nota B, ainda considerada de grau especulativo, há BB (também especulativo) e BBB, quando já é considerado grau de investimento. O Brasil está, portanto, a dois degraus do grau de investimento.

Após a divulgação da revisão, o secretário do Tesouro, Rogério Ceron, disse que a perspectiva favorável à classificação de risco do Brasil dada pela agência contribui para evitar retrocessos na agenda do governo e previu que o país poderá recuperar o grau de investimento em 2026, ou seja, elevar a nota para um patamar entre BBB e AAA.

"Dá, não é impossível, a gente está tendo apoio do Congresso, da sociedade", disse Ceron à Reuters.

Altas do setor bancário, aceleradas pelo anúncio da S P, deram fôlego à Bolsa brasileira. Itaú, Bradesco e Banco do Brasil subiram 0,97%, 0,29% e 0,41%, respectivamente.

O Santander, porém, fechou em forte queda de 1,95%, impactado pelo julgamento do Supremo que considerou constitucional a cobrança de PIS/Cofins sobre receitas com intermediação financeira. O banco disse que tem ações na Justiça no valor estimado de R\$ 4,5 bilhões e vai recorrer da decisão.

A alta no Ibovespa nesta quarta, no entanto, foi apoiada principalmente pela Petrobras, que registrou

fortes ganhos de 4,02% em suas ações ordinárias e de 4,05% nas preferenciais.

A companhia foi na contramão do preço do petróleo no exterior -o barril do tipo Brent caiu 1,01%- em meio a especulações sobre uma possível venda da fatia da Novo-nor na petroquímica Braskem, que tem a Petrobras como uma das principais acionistas.

A Vale também impulsionou o Ibovespa e subiu 1,73%, fechando como a ação mais negociada do pregão em meio à alta do minério de ferro.

Com Reuters

Leia mais na pág. A14

BC vira regulador do mercado de criptoativos

O governo determinou que o BC será o regulador do mercado de criptoativos, como bitcoin e ethereum.

O decreto foi publicado nesta quarta (14), no Diário Oficial da União. O ministro Fernando Fladdad (Fazenda) e o presidente do BC, Roberto Campos Neto, também assinam o documento, que passa a valer na terça (20).

O texto estabelece que a autoridade monetária vai regular a prestação de serviços desses ativos virtuais; regular, autorizar e supervisionar as prestadoras de serviços; e deliberar sobre outras questões envolvendo a temática. O decreto especifica que continuam valendo as regras da CVM no caso de ativos representativos de valores mobiliários -títulos ou contratos de investimento coletivo ofertados publicamente.

S&P vê avanços e melhora perspectiva de rating do País

I GABRIEL BUENO DA COSTA e MATEUS FAGUNDES/SÃO PAULO e FERNANDA TRISOTTO/BRASÍLIA

A agência internacional de classificação de risco S P Global revisou de estável para positiva a chamada perspectiva para a nota de crédito do Brasil (mantida em BB-). Em **comunicado**, a agência diz que a mudança reflete uma maior certeza de estabilidade na condução da política fiscal e monetária - o que poderia beneficiar "as perspectivas ainda baixas de **PIB** do Brasil".

O rating (ou nota de crédito) é o resultado da avaliação de uma agência de classificação de risco sobre a qualidade de um título de dívida emitido por uma empresa ou país. Ele indica, portanto, se o emissor é um bom ou mau pagador e quais as chances de acontecer um calote daquela dívida.

No caso da S P, o Brasil ainda está distante de reconquistar o grau de investimento (perdido em 2015), mas a revisão da perspectiva foi vista no mercado como uma chancela importante, já que um grande número de fundos de pensão e de investimento se pauta por essas avaliações.

O anúncio foi comemorado por integrantes da equipe econômica do governo, e acelerou o movimento de queda do dólar e de alta da Bolsa que já estava em curso depois que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) manteve as taxas de juros inalteradas no país (mais informações na pág. B3).

O dólar fechou o dia em R\$ 4,80 (queda de 1,14%), enquanto a B3 terminou em 119 mil pontos (alta de 1,19%), maior patamar desde 21 de outubro.

A S P afirmou que o crescimento continuado da economia brasileira, mais o arcabouço fiscal em negociação no Congresso, podem levar a um endividamento menor do que o esperado pelo mercado, e apoiar a redução dos juros internos e atrair maior investimento externo.

A agência acrescentou, porém, que poderá voltar a rebaixar a perspectiva do rating, dentro de dois anos, se houver um arcabouço político inadequado ou com implementação fraca, que resulte em crescimento econômico limitado, levando a mais deterioração

fiscal. Ressaltou que é "crucial" a aprovação "de reformas adicionais" - entre elas, a tributária.

Para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o anúncio representa um "processo" até o grau de investimento. "Com a aprovação da **reforma tributária**, vai vir uma mudança de degrau, vamos subir um degrau.

O absurdo é nós não termos (o grau de investimento). Um País como o Brasil tem de ter." Ele falou ainda em trabalho compartilhado com Congresso e Judiciário, e voltou a cobrar o corte das taxas de juros. "Penso que a harmonia entre os Poderes tem contribuído para os resultados.

Está faltando o BC se somar a esse esforço, mas quero crer que estamos prestes a ver isso acontecer", afirmou o ministro.

O Comitê de Política Monetária (Copom) do BC tem reunião na próxima semana para definir a nova Selic."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Haddad comemora, mas caminho para melhorar rating tem desafios

ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, repetiu o ex-ministro Antônio Palocci e conseguiu melhorar a perspectiva do rating do Brasil nos seis primeiros meses do governo Lula 1.

Como ocorreu agora, há 20 anos, no início de junho de 2003, a agência Fitch revisou a perspectiva da nota brasileira para positiva reforçando a política econômica que estava sendo conduzido por Palocci, o primeiro-ministro da Fazenda de Lula.

Palocci havia assumido o cargo após a crise econômica de 2002, quando o mercado financeiro reagiu negativamente durante a campanha eleitoral à possibilidade de eleição de Lula. Assim como Haddad, enfrentou resistências de integrantes do governo e do PT.

O anúncio hoje pela agência internacional de classificação de risco S P Global de revisão da perspectiva da nota de crédito de estável para positiva é o primeiro movimento favorável para o Brasil entre as três grandes agências desde 2019.

A perspectiva positiva não representa ainda uma revisão para cima da nota do Brasil.

Mas aponta que poderá haver uma mudança do rating num intervalo de até dois anos.

CAMINHO NADA TRIVIAL.

Na equipe econômica, a expectativa é que, se o cronograma de trabalho traçado para 2023 der certo, sem atropelos, a esperada revisão do rating poderá acontecer na próxima avaliação da S P, no final do ano. Esse caminho não é trivial e inclui a aprovação do arcabouço fiscal, da **reforma tributária**, redução dos juros, queda da **inflação** e melhoria das condições de crédito.

"Não posso falar em nome das agências, mas é muito provável que sim, se a gente conseguir concluir a aprovação do arcabouço e da **reforma tributária**, que teria alteração de um grau da escala do rating do Brasil", disse ao Estadão o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron.

Para ele, o Brasil tem condições de recuperar o grau de investimento (o selo de bom pagador dado pelas agências) em 2026. O Brasil recebeu pela primeira vez o grau de investimento em abril de 2008, no governo Lula 2, mas o perdeu em setembro de 2015, durante o governo Dilma Rousseff.

"Tem um caminho que dá.

Temos mais condições de recuperar hoje até do que naquele período", diz o secretário.

Para ele, o anúncio da S P cria um ambiente favorável para que a agenda de projetos avance.

CAMINHO CERTO.

Na equipe do ministro Haddad, o anúncio foi muito comemorado porque ajuda a reforçar a posição de que a agenda está no caminho certo.

Esse ponto foi citado pelo secretário executivo, Gabriel Galípolo, logo depois do anúncio da S P em entrevista ao Estadão. "É muito positivo.

Desde 2019 que isso não acontecia. Sinaliza positivamente em função das agendas que o Ministério da Fazenda vem implementando", avalia ele. "Chancela que estamos no caminho certo. É uma melhoria bastante rápida", diz Galípolo.

A S P foi a primeira agência a dar o grau de investimento do Brasil e tem como tradição fazer análises mais aprofundadas de médio e longo prazos.

Para melhorar a perspectiva do Brasil, levou em consideração as medidas de ajuste para reduzir o déficit de R\$ 230 bilhões neste ano para um patamar de R\$ 100 bilhões, eventualmente até menor, além de um nova regra fiscal (o arcabouço) que foi aprimorado pelo Congresso.

"Temos mais condições de recuperar hoje (o grau de investimento) até do que naquele período (Lula 2)" Rogério Ceron Secretário do Tesouro Nacional

"(A alteração da nota) Chancela que estamos no caminho certo. É uma melhoria bastante rápida" Gabriel Galípolo Secretário executivo do Ministério da Fazenda

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Queremos manter substituição tributária, diz Alckmin

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, disse ontem que o governo irá trabalhar para manter no escopo da **reforma tributária** a chamada "substituição tributária".

A demanda foi apresentada por empresários do setor de varejo, que estão preocupados com as negociações no Congresso Nacional.

Alckmin falou sobre o tema após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reunir ontem, no Palácio do Planalto, com alguns dos principais empresários que representam o varejo no país. Foram convidados, por exemplo, os presidentes das redes Magazine Luiza, McDonald's, Renner, Boticário, Carrefour e Pão de Açúcar.

A substituição tributária é quando a responsabilidade pelo imposto devido é transferida de um contribuinte para outro. Isso é comum em **impostos** como o ICMS, em que o fabricante recolhe o imposto por toda a cadeia de produção e comercialização, em vez de cada integrante fazer seu recolhimento.

"Estamos na iminência da **reforma tributária**, queremos ir [migrar] para o IVA [Imposto sobre Valor Agregado]. Houve uma preocupação grande [na reunião] de manter a substituição tributária [no parecer do projeto], o governo vai defender isso na reforma", disse Alckmin.

Quem também falou à imprensa foi o presidente do Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV), Jorge Gonçalves Filho.

Ele participou da reunião com Lula e disse que o IDV "vai ajudar" o governo na reforma.

De acordo com Gonçalves Filho, o setor está na expectativa de novas "medidas de crédito" por parte do Executivo, que ajudem na recuperação do varejo no segundo semestre. Ele não especificou quais medidas estaria se referindo.

"Nós mostramos dados ao presidente [Lula] da regressão de vendas no varejo. Não foi muito forte, mas existiu. Então mostramos uma possibilidade de retomada, o varejo é bom para o emprego", disse. "Pelas medidas que estão para serem anunciadas, o

emprego no varejo deve melhorar.

Há uma expectativa de retomada no segundo semestre." Além disso, Alckmin fez um aceno aos varejistas ao dizer que é "dever do governo" manter uma concorrência leal no comércio eletrônico. Sobre isso, ele disse que o Ministério da Fazenda e a Receita vão "agir" para que empresas estrangeiras não se aproveitem de brechas para promover uma importação de produtos sem o devido pagamento de imposto.

"A importação de produtos sem pagar imposto chega a quase R\$ 70 bilhões. Isso é quase 1% do **PIB**. Prejudica não só o comércio, prejudica também a indústria", disse o vice.

O motivo foi que, durante a reunião, os empresários aproveitaram o encontro com o presidente para reclamar justamente das plataformas internacionais, como as asiáticas Shein, Shopee e AliExpress. O IDV está trabalhando junto ao governo para elaborar um "plano de conformidade", para que empresas estrangeiras que estejam no Brasil invistam e paguem seus os **impostos**.

"Importação sem pagar imposto chega a quase R\$ 70 bilhões" Geraldo Alckmin

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187575?page=1§ion=1>

"Não vejo empenho de Lula em conduzir reforma tributária"

À frente da direção nacional do PSDB, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, não titubeia ao dizer que o partido é oposição ao governo Lula, sobretudo na área econômica. O tucano cita, entre as críticas ao petista, a suposta falta de empenho do presidente em conduzir a **reforma tributária**. "Não vemos o presidente da República falando sobre a reforma, não vemos a reforma na agenda política. Não há um empenho do presidente em conduzir esse processo com a importância que ele tem", alega em entrevista ao Valor.

Leite diz ter aprendido, com a aprovação de reformas no governo gaúcho, que o chefe do Executivo precisa se envolver para encaminhar esse tipo de projeto. "A **reforma tributária** tem sido até aqui a reforma da burocracia da máquina pública, liderada com esforço pelo Bernard Appy, um técnico respeitável, e tantos outros, como o próprio ministro [da Fazenda, Fernando Haddad]." O governador enumera outras reclamações: vê o arcabouço fiscal como importante, mas "insuficiente", e ataca a ideia de mudar o marco do saneamento: "O PT insiste num modelo fracassado. O presidente Lula diz que tem que se dar um voto de confiança nas estatais.

Elas existem há mais de 60 anos, já tiveram muito voto de confiança." Ao lado dele, na entrevista feita em um hotel do Rio de Janeiro, estava o tucano histórico Tasso Jereissati.

O ex-senador, ex-governador do Ceará e ex-presidente do partido foi relator do marco do saneamento no Senado. "Tasso tem sido meu ajudante de ordens", brinca o gaúcho.

Leite chegou a renunciar ao governo no ano passado, quando ainda almejava a Presidência. Depois da desistência, disputou de novo o Palácio Piratini e voltou à cadeira, algo inédito em um Estado onde governadores não conseguem se reeleger.

Aos 38 anos, o chefe do PSDB evita se colocar como presidenciável em 2026, mas garante que a intenção do partido é ter candidato próprio - no ano passado, não o fez pela primeira vez desde a fundação, em 1988.

"É a lógica de um partido que tem projeto, visão de país. No centro, que não é simplesmente ficar no muro ou ficar equidistante dos polos, e sim um terceiro polo,

quem tem projeto, visão de futuro, agenda e vocação para liderar é o PSDB. O partido buscará apresentar uma candidatura", afirma. "Mas não podemos personalizar, se não faremos o que os outros fazem, essa discussão entre Lula e Bolsonaro. Na frente vamos discutir o melhor nome. Se entenderem que é o meu, poderá ser, mas não é algo que esteja definido." Quando assumiu o partido, o governador contratou uma consultoria para ouvir lideranças tucanas Brasil afora. O objetivo é fazer um diagnóstico do que é hoje o pensamento tucano e traçar, a partir daí, as diretrizes de reconstrução de uma legenda que elegeu no ano passado apenas 18 deputados em federação como Cidadania e perdeu o governo de São Paulo, maior Estado do país e fortaleza histórica tucana.

"O PSDB se forjou em boa parte desses 35 anos sendo antagonista ao PT. E houve de uns tempos para cá a ocupação de antagonismo ao PT pelo bolsonarismo. Estamos buscando identificar a necessidade de conexão com as origens do partido", observa.

Leite evita apontar culpados pelo esvaziamento do tucanato e cita o contexto internacional de fortalecimento do extremismo, mas vislumbra como saída para o futuro a construção do tal "terceiro polo". O conteúdo programático passaria por unir aspectos econômicos mais associados à direita, como a defesa das privatizações, e temas caros à esquerda, a exemplo da defesa da sustentabilidade, da inclusão social e do respeito à diversidade.

Uma coisa que o gaúcho reconhece ter mudado para melhor com o mandato de Lula é o ambiente político de diálogo entre a União e os entes federativos. O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), diz, era hostil com os governadores, que compunham a lista de alvos dele para "terceirizar" os problemas do país. Com Lula, a relação é "respeitosa, embora haja divergências".

No quesito diálogo, elogia também a condução da Fazenda pelo ministro Fernando Haddad, que estaria trabalhando bem como mediador e demonstrando preocupação com os Estados. Não deixa, contudo, de voltar a alfinetar a visão do governo sobre a economia: "Haddad tem um esforço de diálogo, isso é bom, positivo. Tem sido um mediador. Mas está envolvido por um modelo político do governo que nós consideramos pouco arrojado, antigo, defasado." Um

dos aspectos prioritários do Rio Grande do Sul no diálogo com o governo federal - assim como Rio, Minas e Goiás - é a renegociação do Regime de Recuperação Fiscal. As metas estabelecidas quando os Estados assinaram a entrada no programa não previam a acentuada queda de receitas provocada pela própria União no ano passado, com mudanças no ICMS. "Nossa despesa não caiu, mas a receita despencou. No Rio Grande do Sul, perdemos R\$ 3 bilhões. Demandamos para a União o ajuste dos parâmetros da exigência do sindicadores, o que significará um alongamento do prazo do regime: estava previsto em nove anos e pode ir talvez para 15 anos." Em São Paulo, depois de sair do Palácio dos Bandeirantes, o PSDB registra um processo de perda de prefeitos para partidos que dispõem hoje de máquinas mais robustas. "É natural. Não tenho uma expectativa de que o PSDB no curtíssimo prazo tenha aumento no número de prefeitos", assume Leite. "Temos um processo político no país em que muitos quadros priorizam buscar benefícios imediatos, com fundo partidário e tempo de TV, que são determinados a partir do tamanho da bancada no Congresso." O líder dos tucanos vê as eleições municipais do ano que vem como importantes para reforçar a imagem que tenta impor ao partido. "O PSDB buscará ter candidaturas em locais estratégicos para aproveitar o momento de audiência. Em princípio observamos, sim, ter candidaturas em cidades estratégicas, capitais, até mesmo São Paulo e Rio de Janeiro, buscando criar condições para apresentar ao eleitorado um PSDB vivo."

"No centro, quem tem projeto e vocação para liderar é o PSDB" Eduardo Leite

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187575?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187575?page=1§ion=1)**

Reforma tributária: os lobbies estão errados (Artigo)

Pedro Cavalcanti e Renato Fragelli

Diante da proximidade da votação na Câmara do projeto de **reforma tributária**, que busca substituir os cinco **impostos** - PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS - atualmente incidentes sobre o consumo por um único Imposto sobre Valor Adicionado (IVA), os grupos de interesse organizados que perderão renda sob as novas regras estão se mobilizando contra as mudanças.

Se for aprovado o IVA com uma mesma alíquota para bens e serviços de todo tipo, haverá uma enorme simplificação da tributação, com imensa redução de despesas administrativas e eliminação de uma grande fonte de risco empresarial. Será o fim de processos bilionários que hoje abarrotam os tribunais e enriquecem advogados tributaristas. Também o Estado, cujos procuradores hoje perdem um enorme tempo atolados em processos tributários, ganhará ao alocá-los a outras causas.

O ponto de partida na campanha contra a reforma é divulgação da ideia errônea de que os **impostos** incidentes sobre o consumo são pagos pelas empresas, e não pelos consumidores. Na realidade, do ponto de vista econômico, o IVA é um imposto embutido no preço pago pelo consumidor, incidindo a uma alíquota bem conhecida por quem compra. A empresa vendedora atua apenas como o agente juridicamente responsável por recolher o imposto (pago pelo consumidor) aos cofres públicos.

Uma segunda falácia é a de que o IVA reduziria a autonomia de Estados e municípios. Pela proposta, a alíquota (total) paga pelo consumidor será a soma de três: a alíquota federal, que incidirá sobre todos os bens e serviços comercializados no território nacional; a alíquota estadual, que será cobrada em todo o território de cada Estado; e a alíquota municipal incidente em cada município. A alíquota total paga pelos consumidores diferirá, conseqüentemente, não apenas de um Estado para outro, como também entre municípios de um mesmo Estado. Governadores e prefeitos terão, portanto, plena liberdade para escolhê-las.

A terceira alegação enganosa é sobre efeitos distributivos adversos da reforma. Na realidade, a tributação regressiva é justamente a atual. Ao tributar

os serviços com alíquotas inferiores às incidentes sobre os bens, por exemplo, o sistema atual beneficia os consumidores de maior renda, pois a fração de serviços na cesta de consumo destes é maior do que na cesta daqueles de menor renda. Pobres consomem proporcionalmente menos serviços e usam o SUS, pois não têm plano de saúde privado, e põem filhos em escolas públicas, pois não podem pagar o ensino privado.

A alíquota única é fundamental para se poder calcular facilmente o montante de imposto acumulado até cada etapa da cadeia de produção. Isto viabiliza, por exemplo, a isenção do imposto sobre produtos exportados e também sobre os bens de capital, pois seu cálculo se reduz a uma mera conta de subtração. A eventual adoção de um IVA com múltiplas alíquotas, em função do que é consumido, dificultaria o cálculo do imposto a ser embutido no preço. A consequência seria a preservação da situação atual, em que o fisco contesta os valores calculados e as empresas gastam dinheiro contratando contadores especializados e advogados tributaristas para defendê-las.

Mobilizar incautos contra a alíquota única facilita a tarefa de dividir os empresários que hoje padecem sob uma estrutura tributária caótica. Quando se diz a um empresário do setor de serviços que a alíquota incidente sobre as vendas de sua empresa vai aumentar, ele prevê uma queda de faturamento acompanhada de perda de rentabilidade. Isto porque o empresário não leva em conta que a nova alíquota também incidirá sobre as vendas de seus concorrentes. Se todas as empresas terão que incluir o mesmo imposto no preço, por que uma das empresas perderia sua fatia de mercado para as outras?

Além disso, mesmo uma empresa cuja produção passar a ser tributada a uma alíquota superior à atual poderá ter aumento de lucro. Isto porque parte dos insumos usados passará a ser tributada a uma alíquota inferior à atual. A eliminação das distorções geradas pela caótica tributação de hoje, bem como a mudança de preços relativos provocada pela reforma, aumentará a substituição entre insumos, estimulando a compra daqueles que ficarem relativamente mais baratos. Assim, em pouquíssimos setores e empresas, os lucros diminuirão - inclusive na maioria absoluta das empresas de serviços-, conforme obtido em

Delalibera, Ferreira, Pereira e Soares (2023)¹ Um argumento enganoso frequentemente usado para defender uma alíquota mais baixa sobre o consumo de serviços baseia-se no fato de esse setor ser mais intensivo em trabalho do que a indústria. Alega-se que a tributação dos dois à mesma alíquota eliminaria muitos empregos no setor de serviços. O argumento é triplamente falacioso. Primeiro, porque grande parte dos serviços são essenciais,

não havendo a possibilidade de serem substituídos por bens industriais ou agrícolas. Segundo, porque os serviços são necessariamente produzidos domesticamente, de modo que não sofrem a concorrência de produtos importados. Finalmente, como dito acima, como os lucros do setor poderão aumentar com cestas de insumos mais baratas após a reforma, não haverá incentivo a demitir.

Por ser um imposto pago no local onde ocorre o consumo, o IVA eliminará a Guerra Fiscal que levou à penúria as finanças de muitos Estados. Por ser um imposto não cumulativo, o IVA não distorce preços relativos nem cria distorções, como o estímulo à verticalização da produção. O IVA estimulará a formalização da economia, pois cada empresa exigirá nota fiscal de seus fornecedores, a fim de se creditarem do que foi recolhido nas etapas anteriores. A implantação de um IVA limpo, sem exceções à regra geral, trará um enorme ganho de eficiência para toda a economia. A oportunidade que se apresenta agora não pode ser perdida.

1 Delalibera, B., Ferreira, P. C., Gomes, D. Soares, J., 2023. "Tax Reforms and Network Effects, " <https://ideas.repec.org/plfgr/ep-gewp/832.html>

Implantação de um IVA limpo, sem exceções à regra geral, trará enorme ganho de eficiência para toda a economia

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187575?page=1§ion=1>

Após revisão da SEP, secretário do Tesouro diz que país pode retomar grau de investimento em 2026

Por Manoel Ventura - Brasília

Ainda que o governo Lula tenha comemorado a melhora de perspectiva da nota brasileira pela agência Standard E Poor's (SEP), de neutra para positiva, a equipe econômica espera recuperar o grau de investimento até 2026, último ano do governo Lula. Segundo o secretário do Tesouro, Rogério Ceron, esse cenário é "tecnicamente viável" e "possível", mas será preciso que o governo mantenha o rumo da política econômica.

- Tecnicamente é factível recuperar o grau de investimento até 2026, se nós tomarmos as medidas na direção correta e continuarmos nesse caminho que estamos percorrendo. Essa mudança de perspectiva agora mostra que estamos no caminho correto e é sim possível recuperar o grau de investimento - disse ao GLOBO o secretário do Tesouro.

Em abril de 2008, o Brasil ganhou o grau de investimento pela primeira vez em sua História, conferido pela própria SEP. A decisão foi seguida pelas outras duas grandes agências: Fitch, no mês seguinte, e Moody's, em setembro de 2009.

Esse "selo" foi retirado entre 2015 e 2016 por essas agências, diante da deterioração do cenário fiscal brasileiro.

- Em seis meses, conseguimos o primeiro passo, que é fundamental, e no fim do ano terá o outro passo, e assim sucessivamente. Até chegar a reconquistar o grau de investimento - disse Ceron.

A melhora da projeção da nota brasileira pela SEP não acontecia desde 2019. A empresa reafirmou o rating de crédito soberano em "BB-" - nota que o país tem desde 2020 - e que está três degraus abaixo do "grau de investimento", o chamado "selo de bom pagador".

A decisão da agência indica que há um cenário mais otimista para o país no médio prazo, podendo elevar a nota de crédito. Quando a nota sobe, o governo e as empresas do país podem atrair mais investimentos estrangeiros, por exemplo.

A agência afirma que há uma maior certeza de que a política monetária (os juros do Banco Central) e a política fiscal (as contas públicas) irão beneficiar as estimativas de crescimento da economia do Brasil neste ano. O órgão também fala que o arcabouço fiscal que está em discussão no Congresso mais o crescimento do **PIB** devem levar para um endividamento menor do que esperado anteriormente.

Outro ponto destacado pela agência de classificação de risco é a estrutura institucional brasileira, com formulação de políticas estáveis, baseadas em amplos freios e contrapesos entre os poderes executivo, legislativo e judiciário.

A agência afirma que poderá subir a nota de crédito do Brasil nos próximos dois anos se as instituições governamentais forem capazes de implementar políticas econômicas "pragmáticas" que contenham vulnerabilidades nas finanças públicas do país e preparem o cenário para um melhor crescimento do **PIB**.

"A chave para isso seria a aprovação de reformas adicionais - entre elas uma **reforma tributária** atualmente em debate".

No entanto, a SEP alerta que poderá revisar a perspectiva para estável nos próximos caso exista uma estrutura de política "inadequada", que resulte em crescimento econômico limitado, levando a uma maior deterioração fiscal e a um custo da dívida maior do que o esperado.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/06/apos-melhora-de-perspectiva-da-sandp-secretario-do-tesouro-diz-que-pais-pode-retomar-grau-de-investimento-no-ultimo-ano-do-governo-lula.ghtml>

Cashback ainda faz sucesso (Artigo)

ALUISIO DINIZCIRINO

Dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) mostram que quase 6,5 milhões de empresas já oferecem cashback. Como estratégia, ele faz sucesso: levantamento do site Cuponomia aponta que, em 2021, o cashback movimentou R\$ 10 bilhões no país. Até o Governo Federal estuda um modelo de devolução de **impostos** para pessoas de baixa renda, inscritas no Cadastro Único (CadÚnico).

O modelo de cashback é americano, nasceu na metade dos anos 1980 e, no Brasil, se popularizou especialmente na última década. Na prática, funciona assim: ao fazer uma compra, você recebe de volta parte do valor gasto, que poderá ser usado em futuras compras ou como desconto. A estratégia também é uma forma de garantir clientes comprometidos com a marca por longo período. O percentual dado como recompensa pela compra varia de empresa para empresa e, neste sentido, o cenário é bastante amplo e criativo. Diria até ousado.

Programas de milhas e de pontos são exemplos de modalidades usadas como cashback. Nestes casos, o consumidor acumula pontos que são revertidos em benefícios futuros. Já o cashback oferecido por bancos também permite solicitar cartão de crédito para aproveitar os benefícios das compras. É possível receber cashback ao fazer compras no débito, pagar contas ou comprar em uma loja on-line.

E quem lucra? Primeiro, o mercado como um todo. A concorrência é sempre um bom estímulo aos negócios. Depois, consumidores e empresas, que encontram no modelo uma forma de organizar as compras, a fidelidade e um dinheiro extra.

Empresas parceiras que escolhem o formato também são contempladas. Além disso, existe uma rede credenciada bem extensa para oferecer o benefício. As empresas entenderam que, para se diferenciarem no mercado e premiarem aqueles clientes mais fidelizados, o cashback é uma ótima ferramenta. Não "força" um benefício que não do interessa o cliente e permite uma liberdade maior na escolha de como usar o benefício.

POR ALUISIO DINIZCIRINO, CEO da Lecupon

EUA e UE trazem política industrial para a OMC (Artigo)

Em reunião de ministros dos principais países comerciantes, na semana passada, em Paris, a portas fechadas, Estados Unidos e Europa rasgaram a fantasia. Sinalizaram interesse na adaptação de regras comerciais internacionais para o setor industrial. Na prática, querem assegurar "policy space", ou margem de manobra para o Estado fazer política industrial - algo que se ouvia até agora só de países em desenvolvimento.

Os dois seguem agora passos da China, mas ao mesmo tempo querem enquadrar subsídios dados por Pequim.

O plano de Washington e Bruxelas é lançar as discussões envolvendo industrialização ou reindustrialização durante a conferência ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) em fevereiro de 2024, nos Emirados Árabes Unidos. Buscam legalizar medidas unilaterais que turbinem sua capacidade industrial oficialmente para fazer a transição verde e energética. Negociadores falam em ter a conclusão da negociação dois anos depois, na conferência ministerial seguinte da OMC.

Subsídio é comum em todos os setores, usados por todos os países em todos os estágios de desenvolvimento, tomam diferentes formas e afetam todas as nações. Entidades públicas nacionais ou estaduais fornecem subsídios através de ajuda direta, incentivo fiscal, financiamento com juro mais baixo, energia, terra e outros insumos. Em grande parte do comércio internacional, cada transação envolve produtos e mercados compartilhados de ao menos uma firma subvencionada.

Mas regras da OMC tentam regular essa situação. Os subsídios específicos são totalmente proibidos se condicionados ao desempenho exportador ou ao uso de produtos nacionais em vez de importados. Outros são "acionáveis", podendo ser contestados diante dos juizes da OMC, se for possível demonstrar que distorcem o comércio geral ou causam prejuízos à indústria doméstica de outro país-membro.

Agora política industrial deixou de ser um termo maldito na cena comercial. E ali toma corpo um movimento para criação do que no jargão da OMC é chamado de "caixa verde" (subsídios autorizados) para o setor industrial, focada na do transição verde.

Significaria facilitar uso de conteúdo local ou de subsídios sem limites, dependendo das barganhas. Para alguns países, isso ajudaria a reduzir a dependência ou frear o avanço da China na indústria de painéis solar e se veículos elétricos, por exemplo.

Nos EUA o presidente Joe Biden introduziu a maior intervenção em política industrial em décadas.

O programa Inflation Reduction Act (IRA) prevê a soma colossal de US\$ 370 bilhões de redução de **impostos** e outros benefícios para impulsionar produção e compra de semicondutores, veículos elétricos, baterias, parque eólico, painel solar e muitos outros.

Face à China e ao "Buy America", a UE segue passo similar com plano de US\$ 270 bilhões para subsidiar a indústria verde. O presidente francês, Emmanuel Macron, defende uma "política industrial sólida e uma política comercial mais protetora" diante do aliado americano e do rival chinês. Canadá, Coreia do Sul, Japão, Reino Unido, Indonésia e outros países com recursos entram na corrida para não deixar suas indústrias atrás da concorrência nos próximos anos.

Com países desenvolvidos imersos em nova onda de industrialização, com subsídios que podem violar as regras da OMC, um grupo de 44 países africanos apresentou no fim de maio uma proposta para "reequilibrar as regras comerciais para promover a industrialização" de nações em desenvolvimento. Política que a ex-presidente Dilma Rousseff adotou, incluindo o Inovar-Auto, estaria amplamente coberta pela proposta africana.

EUA e UE aproveitam o movimento africano para vender sua própria iniciativa por "policy space". Podem atender a demanda africana em alguns pontos, mas não muito, visando obter maior apoio para ir para cima das políticas chinesas.

As conversas são preliminares, mas critérios para uma futura flexibilização podem excluir economias não de mercado e empresas estatais ou exigir mais transparência-tudo visando a China. Se o menu for realmente impalatável para Pequim, os chineses têm como agir. Uma atualização das regras precisa de consenso. A China sozinha pode bloquear tudo.

De seu lado, a Índia tanto quer margem de manobra na área industrial quanto quer poder dar subsídio agrícola sem limites e também obter salvaguarda especial para frear mais facilmente as importações agrícolas-o que vai contra os interesses de um exportador como o Brasil.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187575?page=1§ion=1>

Para o Brasil, será preciso calibrar bem sua posição nesse novo ambiente. De um lado, é um momento em que o país pode avançar em política industrial sem ser constrangido, porque a tendência é de flexibilização de regras internacionais. De outro, pode ser o pior dos mundos, enfrentando subsídios industriais e velhos e novos subsídios agrícolas. E o país não tem musculatura para entrar numa guerra global de subsídios.

Para setores do governo Lula, de fato o país não tem folga do ponto de vista fiscal, mas nem por isso pode deixar de fazer algo nessa área, por exemplo, para atrair investimentos externos. Na OMC, o Brasil pode ficar alinhado aos africanos, como na demanda pelo

uso de direitos de propriedade intelectual para transferência de tecnologia visando combate às alterações climáticas.

Além disso, no movimento na OMC para legalizar subsídios industriais, o Brasil certamente poderá defender compensações em outras áreas, como limitar as subvenções agrícolas. Se vai conseguir algo, é outra coisa.

O que não dá para ignorar é que subsídios para o meio ambiente podem também criar estragos, se misturados com políticas protecionistas. Eliminam a competição e frequentemente resultam em preços mais altos, menor qualidade, menos variedade e menor disponibilidade das próprias tecnologias ambientais, conforme alguns especialistas.

Abrir a porteira para subsídio industrial traz risco de quebrar o equilíbrio que existe hoje nas regras da OMC. E é difícil imaginar uma solução a curto prazo para restabelecer o Órgão de Apelação da OMC, espécie de corte suprema do comércio internacional, antes de eventual adaptação de normas para o setor industrial. Ou seja, as disputas comerciais podem se acumular, sem que os violadores das regras sejam punidos.

Política industrial tomará crescente espaço, num mundo cada vez mais fragmentado.

Assis Moreira é correspondente em Genebra e escreve quinzenalmente E-mail assis.moreira@valor.com.br

Montadoras absorvem 22% do incentivo para carros em uma semana

Em uma semana de funcionamento dos incentivos ao setor automotivo, as montadoras solicitaram pouco mais de 22% dos recursos disponíveis. As empresas já pediram R\$ 340 milhões do teto de R\$ 1,5 bilhão, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Comércio, Indústria e Serviços (Mdic). Entre as montadoras de automóveis de passeio, nove aderiram ao programa. Foram elas: Renault, Volkswagen, Toyota, Hyundai, Nissan, Honda, General Motors, Fiat e Peugeot. Ao todo, 233 versões de 31 modelos de automóveis podem ser adquiridas com desconto.

Segundo a pasta, todas as nove montadoras "solicitaram inicialmente o máximo de recursos permitidos no momento de adesão ao programa, ou seja, R\$ 10 milhões cada uma". Além disso, Volks, Hyundai, GM, Fiat, Peugeot e Renault "já pediram crédito adicional de mais R\$ 10 milhões".

Com isso, foram solicitados 30% "do teto de R\$ 500 milhões que poderão ser usados pelas empresas como crédito tributário para venda de carros mais baratos".

As montadoras também têm permissão para "pedir créditos adicionais" à medida que usarem "os montantes solicitados".

"Essa possibilidade se esgota quando o teto de R\$ 500 milhões for atingido", afirmou a pasta.

No caso dos caminhões, dez montadoras aderiram: Volkswagen Truck, Mercedes-Benz, Scania, Fiat Chrysler, Peugeot Citroen, Volvo, Ford, Iveco, Mercedes-Benz Cars Vans e Daf Caminhões. O grupo solicitou R\$ 100 milhões, ou 14% do teto de R\$ 700 milhões.

Já no caso dos ônibus houve a adesão de nove montadoras: Mercedes-Benz, Scania, Fiat Chrysler, Mercedes-Benz Cars Vans, Comil, Ciferal, Marcopolo, Volare e Iveco. Elas solicitaram R\$ 90 milhões, ou 30% do teto de R\$ 300 milhões.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou na noite desta quarta-feira, 14, que não há margem para ampliar o crédito tributário às montadoras que aderiram ao programa que busca baratear carros. "Não tem margem, não", disse, ao ser questionado por jornalistas.

A Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrade), entidade que representa concessionárias de veículos, defendeu que seria "oportuno" que o governo aumentasse o limite de créditos, pois, segundo a federação, é possível que o volume concedido se encerre em torno dos próximos 30 dias.

Segundo o Mdic, os R\$ 150 milhões já solicitados pelas montadoras "representam 30% do teto de R\$ 500 milhões que poderão ser usados pelas empresas como crédito tributário para venda de carros mais baratos".

"À medida que usarem os montantes solicitados, as montadoras podem pedir créditos adicionais.

Essa possibilidade se esgota quando o teto de R\$ 500 milhões for atingido", completa o ministério, em nota.

O programa foi lançado na semana passada pelo vice-presidente e titular do Mdic, Geraldo Alckmin, e por Haddad. Segundo eles, as medidas têm o objetivo de oferecer ao setor uma espécie de ponte até que os juros voltem a cair. Haddad reforçou na ocasião que as medidas são transitórias e acabam quando o limite de R\$ 1,5 bilhão for atingido.

O programa inclui veículos de passeio que custam até R\$ 120 mil, com descontos que vão de R\$ 2 mil a R\$ 8 mil. Esses descontos são calculados com base em três fatores: nível de emissão de carbono, capacidade de "gerar emprego e crescimento no entorno" e preço do automóvel, segundo o Mdic.

Para caminhões e ônibus, os Não há margem para ampliar o crédito tributário às montadoras que aderiram ao programa para baratear veículos. Fernando Haddad descontos vão de R\$ 33,6 mil a R\$ 99,4 mil. O único critério levado em conta para os descontos, nesse caso, é o preço.

Em todos os três casos, o desconto é dado diretamente ao consumidor pela concessionária.

"O valor que a concessionária deixar de receber será coberto pela montadora, que reverterá o montante em crédito tributário", afirmou o Mdic em **comunicado**.

"Tal crédito poderá ser usado para pagar **tributos** ou fazer abatimentos em declarações futuras." Já o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse nesta quarta-feira que, ao mesmo tempo em que o Brasil busca intensificar o processo de eletrificação da frota de veículos, também vai apostar no aumento de oferta de carros flex e híbridos, que "tendem a ser cada vez mais acessíveis" para a população.

"Entendemos que a indústria nacional já tem soluções de transição viáveis", afirmou em evento realizado pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

O ministro ressaltou que o Brasil assumiu um "compromisso explícito" com a adoção de energia limpa e transição energética.

"Este compromisso é prioridade absoluta no nosso governo", disse.

Aos principais executivos da indústria automotiva nacional, Silveira disse ainda que o Brasil tem posição de destaque no mundo, com 88% da matriz elétrica limpa. "Isso fortalece o protagonismo na eletrificação da frota", afirmou, ao frisar que 80% da frota de veículos leves é composta pela modalidade flex.

De acordo com o ministro, o governo aposta em estímulos para o desenvolvimento do setor por meio do projeto de lei (PL) do programa "Combustível do Futuro". Ele disse que ajustes estão sendo conduzidos pela Casa Civil e devem ser apresentados em breve. A iniciativa, afirmou, deve estimular investimentos, reunir incentivos num só lugar, como forma de garantir maior segurança jurídica para a indústria se desenvolver.

Não há margem para ampliar o crédito tributário às montadoras que aderiram ao programa para baratear veículos Fernando Haddad

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187575?page=1§ion=1>

Zerar déficit em 2024 requer R\$ 104 bi, diz IFI

Jéssica Sant'Ana

O governo precisará aumentar suas receitas em R\$ 104 bilhões para conseguir zerar o déficit primário no ano que vem, segundo estimativa da Instituição Fiscal Independente (IFI) - órgão de monitoramento da política fiscal ligado ao Senado. A projeção faz parte do Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF), divulgado nesta quarta-feira, 14, pela instituição.

O resultado primário igual a zero é uma das metas do novo arcabouço fiscal. O texto também permite um intervalo de tolerância de 0,25 ponto percentual (p.p.) para mais ou para menos, em porcentagem do Produto Interno Bruto (**PIB**), para cumprimento da meta.

A IFI calcula que o mínimo de receitas que o governo precisará incrementar para alcançar o limite inferior da meta de 2024 é de 0,7 p.p. do **PIB**, o que corresponde a R\$ 75,2 bilhões.

A equipe econômica do governo vem anunciando uma série de medidas fiscais com objetivo de ampliar as receitas primárias neste e no próximo ano.

Segundo a IFI, as medidas que foram anunciadas têm potencial para aumentar a receita em torno de 0,8% do **PIB** em 2024, o que seria equivalente a R\$ 90,7 bilhões.

Porém, a instituição alerta que a materialização de algumas ações é incerta, como no caso da cobrança de **tributos** federais sobre operações de benefícios e incentivos fiscais no âmbito do ICMS.

O relatório projeta ainda que o governo vai encerrar este ano com déficit primário de 0,79% do **PIB**, ante déficit de 0,99% estimado no relatório de maio. O governo busca encerrar o ano com um rombo menor que 1% do **PIB**. Para 2024, a projeção da IFI é de um déficit de 0,93% do **PIB**, ou seja, acima da meta estimada pelo governo, que é de resultado primário igual a zero.

A IFI também revisou para cima suas projeções para o crescimento econômico. A nova previsão é que o **PIB** cresça 2,28% em 2023, ante a previsão anterior, feita em maio, de alta de 1,04%.

Para 2024, espera-se expansão adicional de 1,22%, ante 1,36% projetado em maio.

As novas estimativas refletem o forte crescimento do **PIB** registro no primeiro trimestre, impulsionado pela produção agrícola. Nos três primeiros meses do ano, a economia brasileira cresceu 1,9% em relação aos três meses anteriores, segundo dados do IBGE.

A IFI comenta que o carregamento estatístico (carry-over) deixado para o ano é de 2,4%. Isso significa que, se não houver crescimento ao longo dos próximos três trimestres, mantendo o patamar do período do início do ano, a variação do **PIB** em 2023 seria de 2,4% apenas pelo efeito do carregamento estatístico.

"Diante desse cenário, a IFI elevou a projeção de 1,0% para 2,3% em 2023, variação que embute um quadro de desaceleração da atividade econômica no segundo trimestre (alta de 0,2% na margem) e retração no segundo semestre (variação média de - 0,4%)", diz o órgão.

Para a dívida bruta do governo geral, medida em porcentagem do **PIB**, a IFI revisou a sua estimativa para baixo, prevendo que vai encerrar o ano em 76,74%, ante 78,11% estimados em maio. Para 2024, a previsão é que a dívida alcance 80,88% do **PIB**, patamar inferior ao projetado mês passado (81,88%).

No caso da **inflação** oficial do país, medida pelo IPCA, a IFI revisou a sua projeção para o resultado acumulado deste ano de 6,02% para 5,52%. Para 2024, passou de 4,12% para 4%.

A IFI também projeta que a taxa Selic vai terminar o ano em 12,75% e cair para 10,50% em 2024. Antes, as projeções eram de 13% e 10,50%.

Instituição mudou sua projeção para a **inflação** oficial deste ano de 6,02% para 5,52%.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187575?page=1§ion=1>

Proposta do governo deve dificultar uso de precatório como moeda

A Advocacia-Geral da União (AGU) e o Ministério da Fazenda publicaram ontem uma minuta de regulamentação do uso de precatórios para pagamento de outorgas e aquisição de imóveis da União em uma portaria tida por ser rígida por empresas, especialistas e membros do próprio governo federal.

Agora, será preciso constar expressamente em edital a viabilidade do uso dos valores a receber da União, bem como a exigência de garantia pelo poder público para aceitar os precatórios como moeda de troca. Também haverá um limite anual para uso dos precatórios e o órgão ou entidade pública poderá limitar o percentual da dívida que poderá ser paga através de precatórios.

Esse é mais um capítulo do imbróglio que começou desde o início do ano, quando a AGU revogou a portaria anterior, do governo do então presidente Jair Bolsonaro (PL), que até então regulamentava o uso dos débitos judiciais para a aquisição dos ativos.

De lá pra cá, houve uma série de idas e vindas em diversas agências reguladoras, que em um primeiro momento chegaram a desconsiderar a revogação do normativo sob o argumento de que o dispositivo, por estar na Constituição, tem auto aplicabilidade.

Em maio, após o bate-cabeça do próprio governo federal, a AGU suspendeu em definitivo o uso de precatórios como moeda de troca para outorgas. Isso ocorreu após a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) ter dado aval a um pedido de uma concessionária que venceu os leilões para aeroportos de Belém e Macapá. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) também tinha dado sinal verde ao uso dos ativos.

O uso dos precatórios em concessões e outorgas divide o próprio governo federal, apesar de estar previsto na Constituição.

Por um lado, existe um entendimento no governo de que isso não deveria ser permitido, principalmente para elevar as receitas da União em um momento no qual há a tentativa de zerar o déficit público.

Por outro, o instrumento pode ser um meio para reduzir o estoque de precatórios federais que explodiu

após mudanças realizadas na gestão do ex-ministro da Economia Paulo Guedes.

Como mostrou o Valor em abril, estoque atualmente atinge R\$ 141 bilhões com a mudança de regras, podendo chegar a mais de R\$ 300 bilhões em 2027, quando esses gastos passam a compor a fins de impacto primário da União.

Nos bastidores, integrantes dos dois órgãos que elaboraram a proposta comentam que a intenção de redigir uma minuta rígida é justamente para poder "cortar a gordura" após a contribuição das empresas interessadas e do próprio governo federal.

Os interessados em sugerir alterações na proposta têm dez dias, já que a consulta pública ficará aberta até o último minuto do dia 24 de junho.

O texto também estabelece que o governo deverá estabelecer "condições e limites" para a aceitação dos precatórios "com a finalidade de assegurar o cumprimento de objetivos regulatórios no âmbito de sua competência".

A minuta também estabelece que a Fazenda e a AGU, após uma consulta dos Ministérios do Planejamento e Orçamento, além da pasta da Gestão e Inovação, poderão definir em até 60 dias após a publicação da portaria conjunta "um limite global anual, em valor, para o uso dos precatórios" em outorgas, levando em consideração critérios de responsabilidade fiscal e previsões para investimentos.

Já em relação à exigência das garantias, o governo avalia que é necessária, "de modo a se resguardar dos riscos de inexecução dos créditos". Assim, o interessado em utilizar os precatórios poderá optar em oferecer tal garantia por meio de três modalidades: depósito em dinheiro, fiança bancária e seguro-garantia. A apresentação da garantia é dispensável se o precatório for oriundo de acordo judicial celebrado com a AGU ou se envolver pagamento de dívida ativa tributária.

De acordo com a norma colocada para audiência pública, serão incluídas no Portal da Transparência as informações relativas aos precatórios ofertados, incluindo a Certidão do Valor Líquido Disponível (CVLD) expedida pelo Poder Judiciário em nome do

requerente, ou seja, do interessado em utilizar os precatórios nas hipóteses previstas na Constituição.

O advogado especialista em infraestrutura Saulo Puttini, sócio do escritório Levy Salomão Advogados, avalia que a proposta de portaria impõe uma série de limitações ao uso de pagamento de outorgas. "A União passa a imagem que quer fazer o possível para não receber pagamento em precatórios ou receber o mínimo possível", afirma.

Ele aponta como principais pontos de preocupação o limite anual para uso desse instrumento, a possibilidade de o órgão público limitar o pagamento em precatórios a apenas um percentual do total da outorga devida e a exigência de garantias, que pode acabar anulando o ganho que as empresas têm ao comprar precatórios com deságio no mercado.

Puttini afirma que a minuta dá muito poder de discricionariedade para o gestor público limitar o uso desse instrumento, que é garantido pela Constituição. A proposta também inova ao definir o que é ou não outorga, o que, na sua visão, não caberia ao instrumento apenas regulamentador.

Ele pondera, contudo, que é positivo o fato de o governo ter colocado a portaria em consulta pública e diz que é melhor ter algum instrumento regulamentando do que deixar no limbo o tema, o que só vem aumentando as demandas judiciais.

Na área de infraestrutura, por exemplo, o uso de precatórios para pagamento de outorgas é quase inexistente, apesar do interesse das empresas. O caso mais notório foi do grupo espanhol Aena, que decidiu pagar a outorga da concessão do aeroporto de Congonhas em dinheiro.

A operadora arrematou o terminal por R\$ 2,45 bilhões em agosto do ano passado e pretendia quitar um pouco menos da metade desse valor com precatórios, mas desistiu diante da demora do governo para regulamentar a questão. No caso da Aena, a avaliação do mercado é que o grupo acabou concordando em pagar em dinheiro porque queria muito assumir o ativo, porém outros grupos que também atuam no setor de infraestrutura estão preferindo esperar ou entrar com ação na Justiça.

Na mesma linha avalia Guilherme Ferreira, sócio da gestora de precatórios Jive Investments.

"A Constituição é clara: quem é credor do governo tem o direito de usar esses precatórios para pagar outorgas, privatizações e **impostos** atrasados. Cabia a governo criar os procedimentos internos para tornar isso uma realidade", disse. "Em vez de regulamentar

esse direito, escolheu restringi-lo", criticou.

Ele destacou que a exigência de garantias é "um tema sensível" na minuta. "A norma dá a entender que isto será exigido para todas as compensações, o que tornaria a maioria das operações inviáveis, seja porque não faz sentido usar o precatório e deixar o dinheiro parado, seja porque os instrumentos de garantia tem um custo financeiro expressivo", pontuou.

"A União passa a imagem que quer fazer o possível para não receber pagamento em precatórios" Saulo Puttini

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187575?page=1§ion=1>

STJ valida exclusão de 11 setores da desoneração da folha

Joice Bacelo e Beatriz Olivon De São Paulo e Brasília

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) validou, ontem, a exclusão de 11 setores da economia do regime de desoneração da folha de pagamentos. Empresas de hotelaria, navegação, transporte aéreo e marítimo, além de algumas do varejo, estão entre as afetadas por essa decisão.

As companhias foram excluídas do regime pela Lei nº 13.670, de maio de 2018, e recorreram à Justiça para tentar manter o benefício até, pelo menos, o fim daquele ano.

Essa norma reduziu de 28 para 17 o número de setores que podiam optar por contribuir para a previdência por meio do regime da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB).

Foi a saída encontrada, na época, para amenizar as perdas que a União teria com a redução dos tributos do óleo diesel - que, dentre outras medidas, acabaria com a greve dos caminhoneiros que paralisava o país.

As empresas recolhiam para a Previdência entre 2,5% e 4,5% sobre a receita bruta e, por força da nova lei, passaram a ser obrigadas à tributação "convencional", de 20% sobre a folha de salários.

Começou ali, no entanto, uma enorme discussão sobre a data da mudança de regime. A Lei nº 13.670 deu prazo de 90 dias para que os setores excluídos se organizassem e comesçassem a fazer os pagamentos no novo formato. A publicação ocorreu em maio e a mudança de regime seria em setembro.

As empresas não concordaram e recorreram ao Judiciário. Argumentavam que haviam feito uma opção irratável no começo do ano e, por esse motivo, deveriam ter o direito de permanecer no regime da CPRB pelo menos até o fim do exercício de 2018.

Coube ao STJ, agora, dar a palavra final sobre a data correta. Os ministros da 1ª Seção se posicionaram, de forma unânime, contra as empresas. O julgamento foi realizado ontem em caráter repetitivo, ou seja, com efeito vinculante para todo o Judiciário.

O ministro Herman Benjamin, relator do tema, leu apenas as teses que foram fixadas. São duas. Uma

diz que "a regra da irretratabilidade da opção da contribuição previdenciária sobre receita bruta prevista no parágrafo 13 do artigo 9 da Lei nº 12.546, de 2011, destina e apenas ao beneficiário do regime e não à administração".

Já a outra tese aprovada pelo STJ estabelece que "a revogação da escolha de tributação da contribuição previdenciária pelo sistema da CPRB trazida pela Lei nº 13.370, de 2018, não feriu direitos do contribuinte uma vez que foi respeitada a anterioridade nonagesimal" (REsp 1901638 e REsp 1902610).

Advogados de empresas estavam pessimistas com o resultado desse julgamento. As duas turmas que tratam das questões de direito público no STJ - 1ª e 2ª - tinham decisões contra o contribuinte, ou seja, permitindo a mudança de regime conforme o que foi determinado na lei.

A 1ª Seção, onde ocorreu o julgamento em repetitivo, reúne os ministros das duas turmas. Era pouco provável, portanto, que houvesse uma virada de posicionamento.

Especialistas destacam que a decisão de ontem pode ter sido o fim da linha para esse tema. Essa discussão chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF) e os ministros afirmaram se tratar de questão infraconstitucional.

Sendo assim, a palavra final fica mesmo com o STJ.

Afirmam, além disso, que o desfecho tem consequências para o caixa das companhias. Como ficou definido que vale setembro de 2018, as empresas que não cumpriram a regra - e continuaram recolhendo pela CPRB até o fim daquele ano - poderão ser cobradas pelo governo e, nesse caso, terão que fazer a complementação de tributos.

"A maioria das decisões de primeira instância sobre o tema foram favoráveis aos contribuintes em 2018 e muitas dessas decisões favoráveis foram mantidas até agora", diz Guilherme Yamahaki, sócio do escritório Schneider Pugliese.

Com a decisão em repetitivo do STJ, no entanto, ele frisa, essas decisões favoráveis serão revogadas e as empresas terão que apurar os valores devidos entre a

CPRB e a contribuição sobre a folha.

Também especialista em tributação, Rodrigo Antônio Dias, sócio do escritório VBD Advogados, frisa que a advocacia sabe que não existe garantia de regime tributário eterno para ninguém e que não brigou contra a mudança na legislação.

O problema, aqui, ele diz, foi o fato de a alteração de regime ter sido feita no meio do ano. "As regras do jogo mudaram enquanto o jogo estava sendo jogado. Decisões empresariais foram tomadas com base na expectativa de que a tributação seria daquela forma durante todo aquele ano", frisa.

Para o advogado, decisão da Justiça aceitando essa mudança contraria a preservação da segurança jurídica e aumenta o risco Brasil.

Especialistas afirmam que a desoneração da folha é importante para garantir a manutenção de empregos de setores que são intensivos em mão de obra.

Há discussão no Congresso sobre a prorrogação do prazo para as empresas de 17 setores que ainda têm direito ao benefício. Terminaria em 31 de dezembro e o projeto aprovado terça-feira pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado estende até o fim de 2027.

"As regras do jogo mudaram enquanto o jogo estava sendo jogado" Rodrigo A. Dias

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187575>

Brasil melhora nota, mas grau de investimento permanece distante - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

A revisão da nota de crédito do Brasil de "estável" para "positiva" pela agência de classificação de risco S P suscitou debates a respeito de uma possível conquista do grau de investimento pelo país. De fato, a novidade trazida pela agência é positiva, pois demonstra a retomada de certo nível de confiança nos rumos da economia brasileira. Contudo, é preciso ir com calma e retirar as convicções ideológicas dos debates. O Brasil tem árduo caminho até alcançar a nota máxima de confiabilidade das agências. A **inflação** permanece controlada, mas esta é apenas uma fotografia do momento. Para economistas, há possibilidade de nova escalada de preços no segundo semestre, o que poderá atrasar o crescimento. O **PIB**, embora tenha surpreendido no primeiro trimestre, ainda não dá sinais de robustez. O Brasil foi grau de investimento entre 2008 e 2015 e, por ora, não há qualquer possibilidade de repetir o feito.

Inflação no Brasil é uma das mais baixas entre os países do G20

A queda da **inflação** brasileira nos últimos meses levou a uma situação incomum. Segundo levantamento realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a variação de preços no Brasil é uma das mais baixas entre os países que compõem o G20. Em um ano, a **inflação** oficial do país é de 3,94%. Na Itália, que lidera o ranking inflacionário da OCDE, o índice é mais do que o dobro - 8,16%. No Reino Unido, 7,80%. Até os Estados Unidos (4%) estão ligeiramente à frente.

Para gestor, governança nas empresas "é só da boca para fora"

Como não poderia deixar de ser, o principal assunto nos últimos dois dias entre executivos e profissionais do mercado de ações é o caso Americanas. As revelações sobre como a antiga diretoria manipulava informações contábeis causaram revolta, mas não necessariamente surpreenderam. "Governança é uma palavra bonitinha que algumas empresas usam apenas para ludibriar o mercado", diz um gráudo gestor de investimentos. "Falar em sustentabilidade é

a mesma coisa: é tudo da boca para fora."

Investidores acham que Ibovespa acelera até o fim do ano

O bom humor do mercado financeiro com a bolsa brasileira poderá prosseguir até o fim do ano. Uma pesquisa realizada pelo americano Bank of America (BofA) com 33 gestores de fundos latino-americanos revelou que 69% deles acreditam que o Ibovespa deverá superar os 120 mil pontos até o final do ano. Um mês atrás, o índice era de 27%. O otimismo do mercado se deve principalmente ao provável corte de juros, à aprovação do marco fiscal e ao aumento das compras de ações por parte de estrangeiros.

Rapidinhas

O futebol feminino tem atraído a atenção do mercado publicitário. Segundo a Fox Sports, as receitas obtidas com a venda de patrocínios para a Copa do Mundo 2023 cresceram 50% em relação à última edição do evento, realizada em 2019. Sediado na Austrália e Nova Zelândia, o torneio começa em 20 de julho. A seleção americana é a atual campeã.

As casas de câmbio observaram nos últimos dias o aumento da procura por dólar. Com as quedas em série da cotação da moeda americana, muitos brasileiros decidiram aproveitar a oportunidade. Segundo o mercado financeiro, a expectativa é de que a divisa dos Estados Unidos chegue ao final do ano cotada a R\$ 5,10.

A americana Instant Brands, que fabrica os utensílios de cozinha da centenária marca Pyrex, entrou com pedido de falência nos Estados Unidos. As vendas líquidas da empresa caíram 21,9% no primeiro trimestre deste ano em comparação com o mesmo período de 2022 - foi o sétimo trimestre consecutivo de queda nas vendas.

A Netflix quer aproveitar o sucesso de programas culinários para abrir o seu próprio restaurante. No final do mês, a gigante do streaming inaugura em Los Angeles, nos Estados Unidos, o Netflix Bites, que terá menu preparado por chefs que se destacaram na

televisão. Por enquanto, o projeto é considerado apenas temporário.

"Quem tem R\$ 100 mil hoje não quer um carro popular zero quilômetro. Prefere investir em um seminovo com mais tecnologia e recursos" Oswaldo Ramos, executivo à frente da operação da montadora chinesa GWM no Brasil

12,25% será a taxa Selic no final do ano, segundo projeção do banco americano J.P. Morgan

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/06/15/all.pdf>

Recuperação fiscal de volta ao debate

Bernardo Estillac

A adesão do estado ao regime de Recuperação Fiscal (RRF) volta a ser tema das articulações entre os deputados da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). O pedido de desarquivamento do Projeto de Lei (PL) 1.202/2019 feito pelo governador Romeu Zema (Novo) foi lido em plenário na terça-feira e é apontado como o primeiro passo para que a matéria entre em tramitação no Legislativo e possa ser votada. A liderança do governo estadual na casa planeja conversas com os parlamentares para viabilizar a retomada da discussão da proposta.

O Regime de Recuperação Fiscal foi enviado pelo governo Zema à ALMG em 2019, ainda no primeiro ano de mandato do governador. A pauta não andou na casa desde então. A proposta é uma forma de renegociar a dívida do estado com a União, que já ultrapassa a casa dos R\$ 150 bilhões.

Com um primeiro mandato marcado por dificuldades de articulação com os deputados, Zema começou a nova legislatura com projetos importantes aprovados na Assembleia. Mas mesmo com o cenário apontando a força de Zema na nova composição do Legislativo, o líder de governo na Assembleia, deputado Gustavo Valadares (PMN), prega prudência na articulação pela aprovação do Regime de Recuperação Fiscal.

"O clima na Assembleia hoje é outro sim, isso é um fato. Mas essa é uma matéria delicada, foi feito um trabalho de desinformação num passado muito recente e, por conta disso, há um preconceito muito grande contra a tramitação desse projeto. Então vamos ter que começar do zero esse trabalho de convencimento, mostrar o que é a realidade do estado, a necessidade de aprovar essa matéria. Isso vai ter que ser trabalhado com muita calma", disse.

No pedido para desarquivamento do projeto enviado à Assembleia, Zema também encaminhou um substitutivo ao texto original para se adequar às mudanças passadas pelo regime. As alterações preveem que o RRF terá duração de nove anos e uma adesão ao projeto significa a implementação de um teto de gastos no estado. O investimento ficaria limitado à variação da **inflação** medida pelo IPCA.

OPOSIÇÃO Diante da retomada do RRF na pauta da Assembleia, os parlamentares de oposição também se mobilizam para tentar travar novamente a tramitação do projeto. A estratégia dos deputados deve se basear

nos pontos impopulares da proposta, como o teto de investimentos e o congelamento de reajustes aos servidores. "Nossa perspectiva e vontade é levar ao conhecimento da população os prejuízos que serão sentidos se a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal for aprovada. Não é um prejuízo para os servidores, é para o todo o público que precisa de mais policiais militares nas ruas, de leitos para cirurgias ortopédicas. Porque esse projeto vai bloquear os investimentos públicos em longo prazo", disse a deputada Lohanna França (PV), vice-líder do bloco Democracia e Luta.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/15/06/2023/p1>

Fed interrompe alta de juros, mas sinaliza novos aumentos

Banco central dos EUA afirma considerar **inflação** ainda "muito elevada"

Thiago Amâncio

Washington Após dez aumentos consecutivos, o Fed (Federal Reserve, o banco central americano) anunciou nesta quarta (14) uma pausa no ciclo de alta dos juros nos EUA e manteve o índice na faixa de 5% a 5,25% ao ano. A instituição sinalizou, no entanto, que as taxas podem chegar à faixa de 5,5% a 5,75% em 2023, o que implica em novos aumentos.

O anúncio já era esperado, sobretudo com o resultado da **inflação** divulgado na terça (13), que subiu 0,1% em maio, com queda nos preços de alimentos e combustíveis. No acumulado dos 12 meses, o índice de preços ao consumidor fechou em alta de 4%. Em maio do ano anterior, a **inflação** anual era mais que o dobro, 8,6% (o pico foi atingido em junho, com 9,1%).

O Fed, no entanto, ainda considera a **inflação** "muito elevada" e mantém a meta de 2%, patamar que os EUA cruzaram em março de 2021.

"Para determinar a extensão do endurecimento adicional apropriado para retornar a **inflação** para 2% ao longo do tempo, o Comitê levará em consideração o aperto cumulativo da política monetária, o tempo que leva para que a política monetária afete a atividade econômica e a **inflação** e desenvolvimentos financeiros", disse o **comunicado** do Fed que anuncia a decisão tomada por unanimidade pelos membros do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fome, na sigla em inglês).

Os juros nos Estados Unidos estão nos níveis mais altos em 16 anos, após o aumento mais rápido na taxa desde a década de 1980, de cinco pontos em 15 meses. O objetivo é desaquecer a economia e combater os efeitos da **inflação** persistente devido a fatores como a Covid-19 e a Guerra da Ucrânia. Apesar do otimismo

com a queda recente no preço de alimentos e petróleo, autoridades americanas ainda têm receio quanto ao chamado "núcleo da **inflação**", que desconsidera esses indicadores, mais voláteis.

"Indicadores recentes sugerem que a atividade

econômica segue crescendo em ritmo modesto. Os ganhos de empregos foram robustos nos últimos meses, e a taxa de desemprego permaneceu baixa. A **inflação** continua elevada", diz a nota. "Condições de crédito mais apertadas para famílias e empresas devem pesar na atividade econômica, nas contratações e na **inflação**. A extensão desses efeitos permanece incerta. O Comitê permanece altamente atento aos riscos de **inflação**."

Em entrevista após a divulgação, o presidente do Fed, Jerome Powell, afirmou que os membros do banco central continuam "comprometidos em trazer a **inflação** de volta para nossa meta de 2%" e que "os efeitos completos do aperto [feito nos últimos meses] ainda serão sentidos".

O mercado é cético quanto a um corte nos juros nos EUA ainda neste ano. A ferramenta Fed Watch do CME Group, que monitora as expectativas de analistas, aponta que há 61,5% de chance de a taxa subir para a faixa entre 5,25% e 5,5% na reunião do Fome de julho, e 43% de permanecer assim até dezembro.

"A decisão de julho [do Fed] ainda está aberta, e ainda há alguns receios, como o mercado de trabalho aquecido e o núcleo da **inflação** resiliente", diz Lucas Carvalho, analista-chefe da Toro Investimentos.

Os índices de ações dos Estados Unidos tiveram direções mistas, digerindo o aviso de novos aumentos de juros à frente. O Dow Jones teve queda de 0,68%, enquanto o Nasdaq, índice de tecnologia, subiu 0,39%. Já o S P 500 fechou em estabilidade.

Altas taxas de juros nos EUA têm efeito em todo o mundo, inclusive no Brasil, ao diminuir a atratividade de empréstimos e investimentos em outros países. Investidores tendem a colocar mais dinheiro no Tesouro americano, uma vez que os ganhos com juros estão maiores, o que diminui o apetite para riscos.

A economista-chefe da Veedha Investimentos, Camila Abdelmalaek, destaca que o nível dos núcleos de **inflação**, aliado a dados de emprego nos EUA, mostram que os juros americanos ainda precisam subir num futuro próximo.

"Embora a **inflação** tenha desacelerado, a meta de

2% só vai ser atingida em 2025, porque a atividade econômica dos EUA está surpreendendo e mostrando-se mais resiliente que o esperado. O mercado de trabalho continua robusto, as folhas de pagamento continuam surpreendendo positivamente, e esse bom desempenho apoia o consumo americano, que é o principal motor econômico do país."

Colaborou Marcelo Azevedo, de São Paulo

Taxa do PIB no 1º trimestre será a maior do ano (Artigo)

Roberto Macedo

Só hoje abordarei a variação do Produto Interno Bruto (**PIB**) no primeiro trimestre deste ano, pois escrevo neste espaço na primeira e na terceira quintas-feiras de cada mês, e essa taxa foi anunciada pelo IBGE na primeira quinta de junho e meu artigo sobre outro tema foi entregue ao jornal no dia anterior.

A mais recente taxa trimestral do **PIB** foi realmente excepcional: 1,9% (!) num único trimestre, relativamente ao anterior. E ela enseja o retorno a comentários de outros analistas, bem como a aportes adicionais. A principal razão do crescimento foi o extraordinário desempenho do setor agropecuário, que avançou 21,6% (!) no período, que coincidiu com o auge de safras agrícolas excepcionais mesmo para os padrões do setor.

Na ordenação das taxas setoriais de crescimento do **PIB** no primeiro trimestre, apresentadas graficamente pelo IBGE, a segunda taxa foi a da indústria extrativa, bem mais baixa, de 2,3%. E a média das 11 taxas setoriais, excluída a agropecuária, foi ainda menor, de apenas 0,4%, o que enfatiza o contraste trazido pelo desempenho deste último setor.

Entre os quatro setores com taxas negativas, chamou-me a atenção a presença da indústria da construção, com -0,8%. Ficando no seu lado habitacional, na política econômica do governo federal, vi que foi retomado o programa Minha Casa, Minha Vida, prometendo 2 milhões de casas até 2026. Mas é um programa assistencial para famílias de baixa renda. Olhei a medida do déficit habitacional em 2022, que apresenta uma estimativa de 5,8 milhões de habitações. Ora, o setor habitacional é um grande gerador de empregos e tem grande importância em países como a China e os Estados Unidos. O governo Lula, porém, mostra-se muito mais voltado para a indústria de transformação - em particular a automobilística - e recentemente deu ênfase ao seu minúsculo projeto dos carros "populares" e à tal reindustrialização.

Portanto, é indispensável que a construção habitacional receba maior atenção. A propósito, vale lembrar John Keynes, famoso economista britânico, tido como o mais influente do século passado, que sobre a habitação afirmou: "Não há melhor meio pelo

qual os Estados Unidos possam gastar para a sua prosperidade do que a construção de boas casas. A necessidade está aí para ser satisfeita, o que espalharia o emprego em todas as localidades. Não há maior benefício econômico e social do que boas casas". Essa afirmação foi traduzida de um artigo de Keynes em dezembro de 1934 na revista americana Redbook, que encontrei numa revistaria também voltada para antiguidades.

Ele se estende mais sobre o assunto e voltarei ao que disse num artigo específico sobre o setor.

Voltando ao tema do título deste artigo, um aspecto que não vi analisado é que esta alta do primeiro trimestre de 2023, vinda de um setor muito marcado por sazonalidade, deverá levar a taxas trimestrais do **PIB** menores e até negativas até o fim do ano, a se confirmar a previsão corrente para esse período. Percebi isso ao supor que o **PIB** alcançado no seu primeiro trimestre se manteria o mesmo por todo o ano. Comparado com a média dos PIBs trimestrais de 2022, isso levaria a um crescimento anual do **PIB** em 2023 à taxa de 2,4%. Ora, segundo o boletim semanal Focus, do Banco Central, que recolhe as previsões de analistas do mercado financeiro, divulgado na segunda-feira passada, estima-se um crescimento menor, de 1,8%, o que implica que um ou mais valores dos **PIB** trimestrais ao longo de 2023 deverá cair. E, se isso se repetir em dois trimestres consecutivos, estaria caracterizada a tal "recessão técnica" definida por essa repetição.

Assim, o ótimo desempenho do primeiro trimestre de 2023 não garante bons resultados nos demais trimestres.

Ainda com relação a isso, vale lembrar as taxas trimestrais do **PIB** de 2022, que foram de 1,3%, 0,9%, 0,3% e -0,2%, do primeiro ao quarto trimestres, respectivamente, com o **PIB** do ano fechando em 2,9%, uma taxa influenciada por esses números e pelo denominador do cálculo, o **PIB** de 2021.

Os bolsonaristas saudaram esse resultado do **PIB** em 2022 e os lulistas não perceberam a referida sequência de taxas trimestrais que poderia ter sido usada para criticar o mau desempenho nos dois últimos trimestres, que mostraram como Bolsonaro deixou mal o País. O segundo trimestre de 2023 ainda

não se encerrou, mas os dados divulgados até agora não entusiasmaram.

O governo Lula não se pode vangloriar do desempenho do agronegócio no seu primeiro trimestre, pois esse desempenho foi dado por uma ágil estrutura produtiva já montada, pelo clima favorável e pela gestão competente de empresários.

Governos passados tiveram a sua influência, com os avanços científicos e tecnológicos trazidos no passado pela Embrapa e pela política de crédito usualmente favorável ao setor. O governo Lula prefere ir às turras com ele, como ao chamar seus grandes empresários de "fascistas" e paparicar o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, como ao levar seu maior líder para acompanhar Lula quando viajou para a China.

Ótimo resultado atribuído ao setor agropecuário foi também sazonal e não deverá se repetir nos trimestres seguintes

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Relator de regra fiscal planeja 3 mudanças no texto

I MARIANA CARNEIRO

O relator do novo arcabouço fiscal no Senado, Omar Aziz (PSD-AM), está convencido a fazer três alterações na proposta aprovada na Câmara. Para isso, iniciou ontem negociações com Arthur Lira (PP-AL) para que as modificações não emperrem em uma segunda votação dos deputados.

Aziz afirma que pretende atender ao pleito dos políticos do Distrito Federal, inconformados com a mudança na fórmula de cálculo dos repasses ao Fundo Constitucional do DF - que banca a segurança pública de Brasília e também ações na educação e na saúde da capital. "Quero mudar porque eu acho justo", disse Aziz também disse ter sido convencido pela frente da educação de que a área será prejudicada com a inclusão das contribuições regulares da União ao Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) no teto de gastos da nova regra.

Aziz também pretende modificar o trecho que prevê o aumento de gastos em 2024 via crédito suplementar, a ser liberado apenas no início do ano a partir da **inflação** fechada de 2023 e não até junho.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A ponte para o atraso entre Cunha e Lira (Artigo)

Maria Cristina

A agência de classificação de risco S P já havia alterado a nota de crédito do Brasil para positiva, retomando o patamar de quatro anos atrás de maior segurança para o investidor estrangeiro, quando uma sirene de risco político tocou em alguns gabinetes da Câmara dos Deputados.

Em meio à guerra entre Executivo e Congresso pela troca de ministérios e ocupação de cargos em empresas públicas, começou a circular um novo substitutivo para o projeto de lei que tipifica crime de discriminação contra "pessoas politicamente expostas".

Não estava previsto mas logo se arrumou um jeito de pautar urgência e mérito. Apresentado inicialmente como uma reação dos parlamentares às dificuldades colocadas pelos bancos para a abertura de contas suas e de seus familiares, o projeto chegou a entrar em pauta semanas atrás mas foi barrado.

Voltou mais bojudo. Entre as discriminações sujeitas a penas pelo substitutivo está a de impedir o acesso de alguém "devidamente habilitado, a

qualquer cargo da administração direta ou indireta, bem como das concessionárias de serviços públicos". Ao fim deste artigo, acresça-se "salvo expressa vedação legal".

Um decreto de 2021 proíbe nomeações em cargos de confiança de quem esteja enquadrado nos critérios da Ficha Limpa. Como decreto não é lei, estaria franqueada a poluição da Esplanada.

Ao ser apresentado, dias atrás, pelas mãos da deputada Daniela Cunha (União-RJ), o texto trazia as patas de seu pai, o ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Na sua nova tentativa de votação, chegou acrescido dos carimbos dos atuais comandantes da Casa que têm tido seus indicados vetados pela nova governança.

Se este projeto for aprovado, não é apenas a cidadela protegida da ministra da Saúde, Nísia Trindade, que corre riscos. O Centrão espera pavimentar, com este substitutivo, sua demanda de ministérios com porteira fechada. Ou seja, sem olheiros em cargos com

dotação orçamentária.

É claro que este projeto, aprovado na Câmara, ainda teria longo trâmite no Senado e avenida larga de contestação no Judiciário, mas sua volta à Casa

como uma ponte entre as gestões Eduardo Cunha e Arthur Lira é repleta de significados.

Chega num momento em que o governo administra vantagem em duas frentes, a de uma economia com **inflação** sob controle e dólar em queda e aquela gerada pelo enfraquecimento da Câmara pela Operação Hefesto.

Na mesma terça-feira em que o presidente da República empurrou com a barriga a troca no Turismo, o governo conseguiu evitar a convocação de aliados na CPMI do 8 de janeiro e aprovar a de bolsonaristas - , passar, na Câmara, o projeto que autoriza o uso da previdência privada como garantia de empréstimos, e concluir, no Senado, a MP que recria o Minha Casa Minha Vida. A única derrota do dia foi a desoneração prorrogada da folha de pagamento de empresas em comissão do Senado.

Não se forma base parlamentar com operação policial, mas não parece coincidência que a retomada da iniciativa legislativa do governo tenha acontecido à sombra dos impactos, sobre o atual comando da Câmara, do desenrolar da operação da Polícia Federal e da Controladoria-Geral da União que apura a participação de aliados do

presidente da Casa em fraude nas licitações de kit robótica.

O Planalto conduz as negociações de troca de ministros de olho no andamento do processo que foi iniciado pela justiça federal em Alagoas mas já chegou ao Supremo Tribunal Federal. Os advogados dos alvos esbarraram numa muralha no Tribunal Regional Federal da 5-Região, onde o primeiro recurso enfrentou um desembargador que define o estado de direito a partir de sua prevalência sobre organizações criminosas.

No Supremo, o primeiro recurso contra a Hefesto caiu nas mãos de Luís Roberto Barroso. Outra muralha. O ministro não pavimentaria sua posse na Presidência

do STF em outubro com um conluio deste calibre. O propósito do recurso é anular a operação sob o argumento de que um dos personagens captados pelas câmaras da PF é um deputado federal que precisaria de autorização da Corte para ser investigado.

A aposta era de que, ao chegar ao Supremo, o processo precisaria da manifestação do procurador-geral, Augusto Aras, que não haveria de lhes faltar em seus derradeiros meses no cargo. Não tiveram sorte com o relator. Quando conduziu o inquérito dos

portos no governo Michel **Temer**, Barroso contornou a PGR para enquadrar o presidente. Se a PF decidir dar prosseguimento à investigação de detentores de foro, é ao ministro que recorrerá.

O governo observava esta movimentação jurídico-policial na expectativa de que dela resulte um moderador de apetite para o Centrão. Esperava encontrar uma fórmula com a qual pudesse administrar com parcimônia a condição de pato manco que a Hefesto parecia ter deixado o presidente da Câmara. Não duvidava, porém, da reação.

A primeira veio com o substitutivo que arromba a porteira da Esplanada. Teve sua votação confirmada pelo líder do União Brasil, Elma Nascimento (União-BA), depois de encontro com o ministro Rui Costa, da Casa Civil, onde estão represadas as indicações. Foi uma reação robusta ante um governo que se apresenta com as rédeas da economia e aposta em conquistar a confiança dos gestores das finanças que, vide CPI das Americanas, não têm tido motivos para depositá-la na Câmara dos Deputados.

Maria Cristina Fernandes é jornalista do Valor. Escreve às quintas-feiras E-mail mcristina.fernandes@valor.com.br

Site:

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187575?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187575?page=1§ion=1)

Migração eleva PIB em países da AL, diz Cepal

Fluxos migratórios para a América Latina nos últimos 10 anos contribuíram para dar impulso ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de alguns países da região ao preencher déficits de população economicamente ativa.

As conclusões estão em um relatório divulgado ontem pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal).

De acordo com os dados, 13,4% do crescimento do PIB chileno em 2022 foi resultado da força de trabalho dos imigrantes. Em oito anos, entre 2009 e 2017, o país viu a contribuição desse setor na economia crescer quatro vezes.

O relatório analisou a situação em quatro países: Costa Rica, Chile, México e Peru. "Esses países representam as diversas subregiões da América Latina e refletem distintos padrões migratórios", aponta a Cepal.

Nas últimas duas décadas, o Chile recebeu imigrantes da região, como do Peru, Colômbia, Bolívia e Venezuela. "Com uma política aberta ao mercado, de livre concorrência, acaba atraindo imigrantes dispostos a se incorporar nessa dinâmica econômica. Vale lembrar que os que estão no Chile há mais de cinco anos, com residência legal, podem votar, o que lhes dá ainda mais importância e influência", diz Carlos Meléndez, professor da Universidade Diego Portales, no Chile.

A Cepal destaca também o impacto da migração na melhoria de serviços em razão do alto nível de qualificação profissional visto em algumas ondas migratórias.

No Peru, 40% dos venezuelanos que chegaram entre 2014 e 2019 [quando muitos engenheiros e médicos deixaram o país de Nicolás Maduro] têm nível de escolaridade "superior completo" ou mais, principalmente nas áreas de saúde e educação. O relatório mostra que essa mão de obra foi muito absorvida durante a pandemia de covid-19.

O México também sentiu a chegada de imigrantes com alta qualificação profissional: viu a elevação nos próprios padrões.

Apenas 15% da população mexicana com mais de 25 anos possui graduação completa ou algum nível de pós-graduação. Entre a população imigrante, esse número salta para 41% entre os que chegaram de outros países da América Latina. Como consequência, o México tem atualmente muitos imigrantes ocupando cargos de direção, gerência ou até CEO de empresas.

O documento alerta, no entanto, para a vulnerabilidade dos imigrantes e a dificuldade na acreditação do currículo. "Claramente, existe o contraste com a xenofobia despertada nos setores mais conservadores", diz Meléndez.

Além dos impactos econômicos diretos, o relatório da Cepal ressalta que os movimentos migratórios nos países estudados amenizaram o processo de envelhecimento populacional, contribuindo para suprir os déficits na população economicamente ativa. Para Meléndez, essa mudança depende dos diferentes padrões migratórios.

No Chile, entre 2002 e 2017, a chegada de imigrantes foi responsável por 45% do crescimento populacional na faixa de 20 a 39 anos.

"Setores mais conservadores ainda reagem com xenofobia" Carlos Meléndez

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187575?page=1§ion=1>